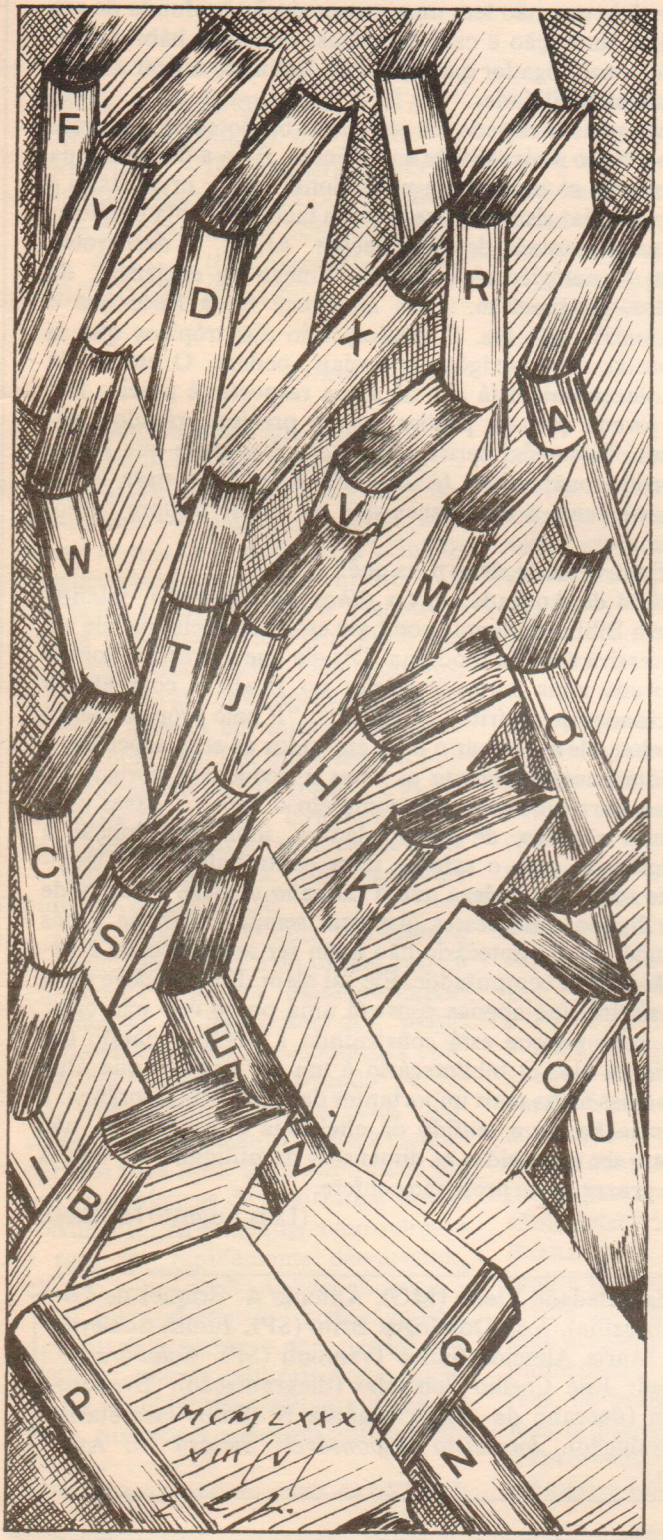
APB
APBESP
SÃO PAULO

PALAVRA-CHAVE

1 maio 1982



BIBLIOTECAS PARA QUÊ?

Utilidade & prazer.....2

Editorial.....3

ALCEU AMOROSO LIMA: as formigas desconhecidas.....4

A biblioteca de cada um.....5

FERNANDO BARONE: bibliotecas e biblioteconomia no Brasil: alguns textos.....10

ANTÔNIO A. BRIQUET DE LEMOS: para onde vão as bibliotecas públicas...11

LEILA MERCADANTE: biblioteca universitária: revisão.....13

CECÍLIA ANDREOTTI: a legislação sobre bibliotecas no Brasil.....15

HAGAR ESPANHA GOMES: informação científica no Brasil.....19

MARLENE SANTOS/LÉA FISS: biblioteca escolar brasileira: perspectivas....21

Livros & teses.....23

UTILIDADE E PRAZER

Afirmar que o Brasil vive múltiplos tempos históricos não chega a ser uma afirmativa polêmica ou de impacto. Há muito aqueles que se debruçam sobre o país e suas contradições repetem isso. Um exemplo claro disso pode ser encontrado nos limites de São Paulo: a exuberância do século vinte de uma avenida Paulista encontra o seu oposto em algum vilarejo situado à distância de poucos quilômetros. Se não fosse pelas antenas de televisão e pela presença estranha de alguns automóveis, não seria injusto afirmar que a localidade não saíra do século dezenove. O exemplo é paulista. Se fosse ampliado para todo o Brasil, os contrastes seriam maiores.

Sobrepondo-se a esse panorama estende-se uma Biblioteconomia multifacetada: se antes os profissionais eram preparados para exercer atividades em bibliotecas — e ponto final — hoje é oferecido um leque de opções profissionais. Os próprios estudantes durante o curso vão dando uma direção de acordo com os seus interesses. E mais: até os cursos apresentam enfoques variados. É difícil preparar um bibliotecário polivalente, ou seja, aquele que saiba conduzir adequadamente uma biblioteca escolar e ao mesmo tempo tenha condições de gerir um centro de informação com o rigor indispensável. É tarefa complexa formar um profissional para trabalhar numa empresa multinacional da avenida Paulista com todas as suas exigências técnicas e, ao mesmo tempo, prepará-lo para atuar na biblioteca municipal da cidadezinha situada logo adiante.

Pois aí está: o bibliotecário e o país apresentam-se em fragmentos. A multiplicação das partes resultará no número de faces do bibliotecário necessário para o Brasil hoje.

Traçar o perfil do usuário é uma saudável e crescente preocupação dos bibliotecários. Agora é preciso parar um pouco e descobrir o nosso perfil, descobrir a nossa cara e ver qual é a nossa função e o que representamos nessa tessitura social complexa. Talvez já tenham traçado o perfil do bibliotecário brasileiro, mas falta ainda um espelho permanente para podermos conferir. A causa desse perfil difuso e até mesmo distorcido talvez seja motivada pelo desconhecimento que existe do meio social: o público e as suas condições. O bibliotecário só irá se entender como profissional quando tiver um conhecimento amplo do meio onde atua. Aí está: o público é o seu espelho. Um perfil técnico e frio do usuário tem a sua utilidade, mas aí não se esgota o conhecimento necessário do público. É preciso ir além, identificando o usuário e as suas circunstâncias. A História é uma fonte para a compreensão de nossas atividades. Vez ou outra é necessário ficarmos atentos à História dos usuários, saber compreender as suas grandezas e misérias. Bibliotecário que não tem uma compreensão profunda de seu público, formação e características, por mais hábil classificador e catalogador que seja, está destinado a ficar aquém de suas possibilidades.

Hoje quando se pede um retrato do bibliotecário, aparece como o traço mais saliente a eficiência. Para a desordem da informação só mesmo um profissional assim: organizado e capaz de criar sistemas que possam facilitar a vida daqueles que se alimentam de informações. Afinal, o desenvolvimento tecnológico só existe em função da eficiência, da rapidez, da precisão. *Time is money* foi a frase que o Macunaíma não fez. O bibliotecário dos trópicos que se adapte às novas exigências sociais, pedem. O ensino da Biblioteconomia está aí e dá a sua resposta: é preciso formar jovens que, na prática, sejam precisos, rápidos, eficientes. Talvez daí derive a acusação freqüente que fazem ao profissional: é um técnico. Ele é treinado para servir eficientemente a uma causa que ele quase sempre desconhece.

Afinal, bibliotecários para quê?

Mário de Andrade em *Os filhos da Candinha*, falando sobre a Biblioteconomia combate essa eficiência que ele via progressiva na vida moderna. Diz ele que é preciso "tornar os jovens mais lentos e iniciar no Brasil o combate às velocidades de espírito". E conclue: "E pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos, a biblioteconomia *rallenta* os seres e acode aos perigos do tempo, tornando para nós completo o livro..." Essas afirmativas não são, de forma alguma, uma contribuição à ineficiência, mas o esforço para contrabalançar o tecnicismo seco, sem beleza que o humano confere e que pode estar ligado a interesses que nem sempre interessa a nós defender. O bibliotecário não é um ser adestrado ou a extensão de um computador. Ele vai além. Ele não deve ser o engenheiro que apenas constrói uma ponte que não caia, mas sabe porque está construindo a ponte e dando um sentido a ela. O bibliotecário é um ser político que atua numa das áreas mais importantes da vida contemporânea: a informação. Se o sentido da eficiência é importante, não podem ser esquecidas as dimensões da utilidade, da beleza e do prazer que a profissão confere.

(Luís Augusto Milanesi)

Palavra-chave é uma publicação da Associação Paulista de Bibliotecários e da Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de São Paulo. Endereço: Rua 13 de Maio, 1100, cj. 32 — 01327 — São Paulo — SP. Fone 285-3831. *Editores*: Amélia Maria Moreira (APB), Johanna W. Smit, Luís Augusto Milanesi, Oswaldo F. de Almeida Junior (APBESP), Tânia Rodrigues Mendes. *Conselho Editorial*: Ana da Soledade Vieira (MG), Antônio A. Briquet de Lemos (Brasília), José Domingos Brito (SP), Judith Schleyer (PB), Maria Almeida Salles Tramonti (SP). *Colaboração especial*: José Coelho Sobrinho (diagramação); Evandro Jardim (desenho da capa); Claúdia N. Balby (secretaria de produção). *Jornalista responsável*: Sandra M. Ambrósio.

EDITORIAL

CLÓVIS LOUREIRO / PIRAPORA DO B. JESUS — SP

AS FORMIGAS DESCONHECIDAS

TRISTÃO DE ATHAYDE

O clássico triângulo literário, autor, crítico e leitor, exige a existência de uma quarta figura, nem sempre suficientemente reconhecida, em seu valor intrínseco e não simplesmente acidental. Essa figura, como se sabe, é o bibliotecário. Sua função não é apenas instrumental. É igualmente participante da função criadora da literatura. Se o autor e a obra (dentro do meio) é que representam essa função criadora em sentido estrito, a função da crítica e da biblioteconomia completam a criatividade em sentido lato e integral. Cada peça, nesse jogo sutil da criação de um mundo novo, que o homem acrescenta ao mundo natural e social, é indispensável, a seu modo, para que essa tarefa capital de um desdobramento, COM QUE O HOMEM COMPLETA, pela arte, a obra criadora de Deus. O bibliotecário costuma ser peça esquecida ou marginalizada, nessa re-criação, com que as criaturas completam ou deformam a obra do Criador.

O bibliotecário deve, acima de tudo, amar os livros. E ter a consciência de que sua tarefa, longe de ser apenas catalogadora, é uma tarefa para-criadora, que completa a ação do autor, do crítico e do leitor. Livro, disco ou filme, meros instrumentos materiais, não se confundem com a função estimativa e ordenadora do bibliotecário.

Para isso, *amar* esses instrumentos (sobretudo o livro, que está hoje passando por uma série crise tecnológica), é condição primordial. *Selecioná-los* e *classificá-los*, com bom gosto e inteligência, é função, ao mesmo tempo, técnica e afetiva. Mas essa tarefa exige outra qualificação especial, o *respeito*. Respeito fundamental pela obra que lhe é submetida, sem qualquer interferência qualificativa, no sentido da qualidade do conteúdo. A observância dessa fidelidade aos textos, qualquer que seja sua qualidade, é capital. Quantas vezes, durante o meu professorado universitário, verifiquei a inexistência de livros, revistas ou folhetos do movimento modernista, por exemplo, por terem as bibliotecas invadido a seara dos críticos e leitores, recusando registro a obras por eles consideradas sem valor literário. Ora, toda arte criadora, no seu início, vem habitualmente chocar o gosto consagrado, na distinção do que é literatura autêntica do que é falsa literatura. Essa distinção existe e é mesmo capital para a tarefa da crítica e da leitura. Acontece, porém, que a tarefa de fazer essas distinções não pertence aos bibliotecários. Isso não diminui, em nada, a importância de sua intervenção no processo da edição literária. Todo elo da cadeia de criação tem sua importância própria, que só deve ser exercida pelo elo destinado a determinada função. De modo que o dever de admitir com estética a obra que lhe é fornecida, para selecionar e classificar, qualquer que seja seu juízo próprio, é qualidade que pertence particularmente à importante missão dos bibliotecários. Isso é tão fundamental como o amor pela tarefa, já de si bastante árdua, de preservar, classificar, ordenar, promover o arquivamento da produção intelectual, como instrumento de trabalho para críticos, leitores e os próprios autores.

A profissão de bibliotecário tem sido, ao longo da História, um verdadeiro índice de civilização. A preservação, em nossa civilização ocidental, como aliás em todas as civilizações, do patrimônio do passado é um mérito e uma gratidão que a História deve a esses silenciosos obreiros do progresso do espírito. Lembremo-nos dos humildes monges medievais que preservaram, no silêncio dos mosteiros, todo o patrimônio literário, científico e filosófico do mundo clássico. Esse é um exemplo capital da dignidade e do mérito intrínsecos da função bibliotecária.

É inútil acentuar, portanto, a importância que representa, para a dignificação da função bibliotecária, a publicação de uma revista, como esta, que pretende ser um ponto de encontro contínuo, entre o trabalho silencioso, honesto e geralmente tão mal apreciado, dessas formigas, que garantem o canto das cigarras intelectuais.

OBRAS PRINCIPAIS DE ALCEU AMOROSO LIMA

1 *Contribuição à história do modernismo; o pré-modernismo.* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1939.

2 *A crítica literária no Brasil.* Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1959.

3 *O espírito universitário.* Rio de Janeiro, Agir, 1959. (Ensaios, v. 3.)

4 *Europa e América: duas culturas.* Rio de Janeiro, Agir, 1962. (Ensaios, v. 11.)

5 *Evolução intelectual do Brasil.* Rio de Janeiro, Grifo, 1971.

6 *O existencialismo e outros mitos do nosso tempo.* Rio de Janeiro, Agir, 1956. (Obras Completas, v. 18.)

7 *A experiência reacionária.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. (Temas de Todo Tempo, 14.)

8 *Humanismo pedagógico: estudo de filosofia da educação.* Rio de Janeiro, Stela, 1944. (Presença, v. 11.)

9 *Idade, sexo e tempo: três aspectos da psicologia humana.* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936.

10 *A Igreja e o Novo Mundo.* Rio de Janeiro, 1943. (Problemas de Cultura Contemporânea, v. 1.)

11 *Introdução à literatura brasileira.* Rio de Janeiro, Agir, 1956. (Obras Completas, v. 7.)

12 *O jornalismo como gênero literário.* Rio de Janeiro, Agir, 1960. (Ensaios, v. 8.)

13 *Quadro sintético da literatura brasileira.* Rio de Janeiro, Agir, 1956. (Obras Completas, v. 30.)

14 *A realidade americana: ensaio de interpretação dos Estados Unidos.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1955. (Obras Completas, v. 35.)

15 *Revolução, reação ou reforma?* 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964. (Brasil Hoje, v. 8.)

16 *Revolução suicida: testemunho do tempo presente.* Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1977. (Pensamento Brasileiro.)

17 *O teatro claudeliano.* Rio de Janeiro, Agir, 1959. (Ensaios, v. 1.)

18 *O trabalho no mundo moderno.* Rio de Janeiro, Agir, 1959. (Ensaios, v. 2.)

Em que medida a biblioteca foi significativa para a sua formação? Qual a função que a biblioteca tem para você hoje? A partir destas questões alguns brasileiros deram o seu depoimento, cada um fazendo uma breve reflexão sobre a sua experiência. No próximo número de *Palavra-chave* esta série terá seqüência.

A BIBLIOTECA DE CADA UM

EZEQUIEL THEODORO

Ezequiel Theodoro da Silva — Professor — UNICAMP: "Tentando fazer um trabalho de memória e recuperando alguns dos momentos mais significativos de minha formação, posso dizer que penetrei no mundo da biblioteca através do estímulo dado pelo meu professor de História, nos tempos do ginásio. Lembro-me que o Prof. Carmelo exigia a elaboração de dois cadernos de pesquisa: um de esquemas e outro de resumos. Após as exposições em aula, tínhamos de ir à biblioteca da escola a fim de trabalhar os textos indicados na bibliografia. Por incrível que pareça, os cadernos eram recolhidos no final do mês para o "visto" e a avaliação. Minha terra natal — Santa Cruz do Rio Pardo — não possuía biblioteca pública e quase todo o incentivo para a leitura provinha do contexto escolar.

Complementava as influências escolares, o exemplo dado pelo meu pai e pelo meu irmão mais velho, que eram leitores assíduos, compravam livros e se preocupavam com a formação e organização da nossa biblioteca familiar. Incidente interessante e inesquecível: certa vez fui atacado pela caxumba nos dois lados do rosto e tive que permanecer em repouso absoluto... devorei uma coleção todinha do escritor Paulo Setúbal (romance histórico). Meu pai tinha o costume de escrever "dúvidas e esclarecimentos" nas páginas das obras filosóficas e históricas que lia; eu gostava de perscrutar aqueles caminhos anteriormente rabiscados. Meu irmão mais velho assinava o "Reader's Digest" e eu, por tabela, também lia aqueles trechos curtos e fáceis de literatura informativa. Tais exemplos familiares foram também fundamentais na minha formação de leitor, pois abriram-me as portas para diferentes tipos de literatura.

Já nos tempos de curso colegial, consigo rever muito bem a figura do Prof. Teófilo de Queiróz Júnior, que ministrava a disciplina Sociologia da Educação. Esse mestre, hoje no Departamento de Antropologia da FFLCH da USP, esmerou as minhas habilidades de leitor à medida em que aguçava a capacidade de análise: a realidade apontada pelo texto era sempre equiparada, contrabalançada com a realidade concreta vivida em nossa cidade. Dessa forma, seus alunos tinham a oportunidade de ver a teoria na prática e, através da discussão, complementar os aspectos da teoria. Após as leituras recomendadas, feitas na biblioteca da escola, partíamos para um estudo significativo do meio circundante. Devo muito ao Prof. Teófilo, principalmente porque a sua orientação influenciou muito a minha forma de conhecer o mundo.

A biblioteca da Faculdade São Bento não exerceu grande influência durante o meu curso de graduação. Em verdade, eu tinha muito pouco tempo para visitar ou freqüentar a biblioteca da faculdade, pois trabalhava em dois períodos. Comprava ou emprestava os livros e/ou apostilas e os lia nos fins de semana. Apesar de ter feito um curso de língua e literatura, não me recordo de nenhum grande incentivo para que dinamizássemos o acervo existente na biblioteca. Havia, isto sim, um estímulo muito grande para que comprássemos os livros e formássemos a nossa biblioteca profissional. Por outro lado, já começava a despontar, nessa época, o império das apostilas...

Aprendi a manejar e usufruir ao máximo dos recursos da biblioteca durante o meu curso de mestrado (Universidade de Miami, Flórida, EEUU). Os alunos tinham direito a uma sala privativa e individual para realizar suas pesquisas e trabalhos, e a maior parte do meu tempo eu passava na biblioteca; era um ambiente delicioso — tão delicioso que até trabalhei como auxiliar na portaria do local... Posso até afirmar que meu amor pela biblioteconomia nasceu no contexto da Universidade de Miami, principalmente devido ao respeito que se dedicava à informação e aos livros.

Depois desta breve retrospectiva, acho que posso refletir sobre a pergunta que me foi colocada. Eu diria, primeiramente, que tornei-me um habitante da biblioteca por necessidades acadêmicas, quase sempre estimulado e orientado por um professor. Jamais fui um "rato de biblioteca" — procuro esse contexto quando quero respostas às minhas indagações; minhas iniciativas de ir à biblio-

teca jamais se tornaram hábitos regulares, mas esporádicos. Porém, devo dizer que, mesmo sendo um hábito esporádico, despontando irregularmente no trajeto da minha vida, a presença à biblioteca foi altamente significativa para a minha formação (não confundir com "essencial" à minha formação). Efetivamente, algumas das respostas que eu procurava para delinear e sustentar a minha postura na sociedade, eu as consegui consultando os catálogos de diferentes bibliotecas. Por outro lado, por ter conseguido respostas no contexto da biblioteca, conheço a importância da sua existência e sei quando procurá-la.

Finalizando, gostaria de dizer que a biblioteca pública sempre foi, para mim, uma realidade distante. Temos um imenso trabalho a fazer nessa área — as bibliotecas públicas, por serem alimentadas também por verbas públicas, sofrem as maiores injustiças em termos de atualização e funcionamento. Poucas são as cidades deste país que possuem "bibliotecas", na real acepção do termo. Em todo caso, continuo lutando para que a comunidade tome consciência do valor da leitura e tendo a certeza de que a política que está aí não vai continuar para sempre..."

ANTONIO CANDIDO

Antônio Cândido — professor universitário: "Em nossa casa havia a boa biblioteca de meus pais. Morávamos no interior de Minas e desde pequeno me habituei a lidar com aqueles livros, mesmo antes de os ler. Meu pai era médico e extremamente culto. Quando freqüentou o ginásio do Estado em Campinas, até 1903, comprou muito livro na excelente Casa Genoud. Depois continuou a comprar no Rio, onde se formou, e na Europa, onde fez entre 1911 e 1912 um primeiro estágio de aperfeiçoamento e onde sempre teve um livreiro correspondente, que fazia a assinatura de revistas e a remessa de livros encomendados por catálogo.

Além da medicina predominante, havia filosofia, história, literatura, política, estudos sociais. Sem contar que minha mãe tinha os seus livros próprios, onde avultavam biografias, memórias, diários, correspondências. (Quando li mais tarde o verso para alguns misterioso de Manuel Bandeira — "Abaixo Amiel e nunca lerei o diário de Maria Bashkirtsef" — fiquei à vontade, porque em casa ambos eram lidos e comentados.)

Outra biblioteca particular que me valeu muito (depois de 1930) foi a de minha grande professora Dona Maria Ovidia Junqueira, que me orientou para certos clássicos da juventude e diversos autores ingleses, inclusive Shakespeare, cuja obra possuía numa bela edição em 15 ou 16 pequenos volumes. Como em nossa casa dominavam os livros franceses, foi uma experiência nova e estimulante a familiaridade com aqueles livros diferentes, cartonados, e suas sobrecapas coloridas.

Quanto a bibliotecas públicas, a primeira que freqüentei foi a Municipal de Poços de Caldas (onde moramos a partir de 1930). Ocupava uma sala da Prefeitura e tinha uma bibliotecária encarregada sobretudo de outras tarefas burocráticas; de modo que me confiavam a chave e eu ficava só, — porque não me lembro de ter visto outro consulente entre 1932 e 1934. Aí, precisaram instalar na sala um desenhista de obras públicas e as consultas foram suspensas.

Essa biblioteca era notável e tinha pertencido a um médico ilustre, de imensa cultura, até hoje o homem de maior relevo que a cidade teve: Pedro Sanches de Lemos. Além de medicina, havia nela coleções de filosofia, psicologia, história, sociologia, antropologia, política, literatura, muitas com uma bela encadernação especial trazendo as iniciais do possuidor. Ele morrera fazia mais de vinte anos, mas naquela altura a biblioteca, doada pela família, ainda estava mais ou menos intacta. Deveria ter sido iniciada nos anos de 1870 e continha o que se poderia querer de melhor. (Pedro Sanches de Lemos aparece transposto para a ficção como o Dr. Lino, em *Água de Juventa*, de Coelho Neto).

Quando vim para São Paulo, em 1936, freqüentei duas bibliotecas. Na antiga Municipal, Rua Sete de Abril, entre outras coisas li os clássicos gregos em traduções francesas que já tinham folheado na de Poços de Caldas. Na da Faculdade de Direito, lembro que travei conhecimento sistemático com a crítica francesa tradicional: Sainte-Beuve, Taine, Brunetière, Faguet e outros.

Na da Faculdade de Filosofia, onde primeiro estudei e depois ensinei, num total de trinta e nove anos, li intensamente a partir de 1939 filosofia, sociologia, história e literatura, em especial nos livros da excelente doação feita pelo governo francês em 1934. Depois de 1944 lidei na Coleção Lamego, para o preparo de uma tese e a seguir do meu livro *Formação da Literatura Brasileira*. Com o mesmo fim trabalhei durante anos na nossa Municipal (já na Consolação) e na Nacional do Rio, sobretudo nas respectivas secções de Livros Raros. Em São Paulo, com o gentil auxílio das bibliotecárias Dona Rose e Dona Augusta.

E aí estão as bibliotecas que me ajudaram mais nos períodos decisivos para a vida mental. Só mais tarde freqüentei algumas monumentais, no estrangeiro".

IGNÁCIO DE LOYOLA

Ignácio de Loyola Brandão — escritor: "A Biblioteca de Araraquara foi essencial à minha formação. Era na Biblioteca, uma sala escura do prédio da Prefeitura, na rua São Bento, que meu grupo se reunia, todas as tardes, fizesse sol ou chuva. Aliás, dia de chuva era maravilha, porque ninguém a freqüentava, a biblioteca era o nosso domínio absoluto. Ali, reinávamos, sob as vistas complacentes do Marcelo Manaia que inclusive nos abria as gavetas, facilitando acesso aos livros "proibidos" como *Cacau* do Jorge Amado ou *O Amante de Lady Chaterley*, de Lawrence. Para uma cidade do interior, década de cinqüenta, era uma boa biblioteca, com bom acervo brasileiro. Em poucos anos tínhamos lido quase tudo que era legível e nos ocupávamos até de coisas "ilegíveis" como a *Revista dos Tribunais*. A biblioteca tinha também uma coleção de jornais de São Paulo e Rio, nosso único acesso às informações. Foi ali que descobri um livro sobre cinema. Uma revelação: todo o processo de se fazer filmes, o mecanismo dos estúdios, os bastidores da arte cinematográfica, me levaram a tentar a crítica de cinema. Foi meu início em jornal. Na biblioteca redigi a primeira crítica. Ali, o Fenerich, um amigo, corrigiu os erros e me ajudou a datilografar. Na biblioteca eu estudava, conversava, lia, olhava as meninas pela janela (o pátio dos fundos do IEBA dava para a biblioteca), redigia minhas crí-

ticas, datilografava. Anos mais tarde, a biblioteca mudou para a rua Padre Duarte, para um prédio maior. Ali fiz minhas pesquisas para um capítulo importante do *Zero*, o do ritual da morte de Rosa. O primeiro esboço deste capítulo foi redigido na grande mesa de leitura, que existe até hoje. E foi a biblioteca quem promoveu, há alguns anos atrás, já com a direção de Marta Lupo Stella, um concurso nacional de contos, cujo prêmio principal leva meu nome".

EDSON NERY

Edson Nery da Fonseca — bibliotecário: "Não me lembro de ter visto biblioteca nos colégios em que segui os cursos primário, de admissão e ginasial, este concluído em 1939. No Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, onde concluí o curso préjurídico, havia excelente biblioteca, constituída, entretanto, mais de obras raras do que modernas. O jornalista Aníbal Fernandes, que era diretor do Ginásio Pernambucano e professor de literatura, emprestava-nos livros de sua própria biblioteca e assim conheci o melhor de Eça, Antero, Antônio Nobre, Machado de Assis, Verlaine e o desconhecido mas admirável Visconde de Santo Tirso. Ele também fazia questão de mostrar aos alunos como se preparava e imprimia o *Diário de Pernambuco*, onde exercia as funções de diretor, editorialista e redator de duas seções diárias: 'Coisas da Cidade' e 'Crônica Internacional'. Era, como se vê, um recifense universal. Quando descobriu que eu também era admirador incondicional do então já seu velho amigo Gilberto Freyre, deu-me de presente um dos últimos exemplares do *Livro do Nordeste*, primeira obra nacional de caráter interdisciplinar e regional, organizada por Gilberto Freyre para comemorar, em 1925, o primeiro centenário do mais antigo jornal em circulação na América Latina.

Foi em 1939 e por influência dos professores Álvaro Lins e Nilo Pereira que comecei a me interessar vivamente pelas Humanidades. Freqüentei muito, a partir de então, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, principalmente para conhecer as novidades literárias em revistas nacionais e estrangeiras.

A biblioteca da cidade, portanto, não foi significativa para minha formação; foi, talvez, útil para minha informação. Seguindo o exemplo de Gilberto Freyre, Olívio Montenegro, Aníbal Fernandes e outros intelectuais conterrâneos, procurei formar, desde jovem, minha própria biblioteca particular. João Cabral de Melo Neto, grande poeta brasileiro e meu amigo, costuma dizer que é formado em letras pela biblioteca de Willy Levin, outro intelectual recifense que possuía grande e selecionada biblioteca. Creio poder dizer que fiz minha formação literária na Livraria Imperatriz, de Jacob Berenstein, na livraria da Companhia Editora Nacional, nas Livrarias Colombo, Contemporânea e Moderna, comprando livros nessas livrarias, algumas delas desaparecidas, e nas quais não era raro se encontrar, em boas edições originais, as obras-primas da cultura universal.

MARILENA CHAUI

Marilena Chauí — professora universitária: "A biblioteca de minha escola (Colégio Presidente Roosevelt, rua São Joaquim) era paupérrima. Em compensação, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade foi essencial para meus estudos no curso secundário e na graduação de Filosofia (USP) — portanto, entre 1956 e 1964 usei quase cotidianamente a biblioteca, cujo acervo e atendimento, além das acomodações, eram, naquela época, muito bons (consultava sobretudo livros brasileiros, espanhóis e franceses). Há muito tempo não freqüento a Biblioteca Municipal e, infelizmente, meus filhos nunca a freqüentaram (seja porque acabei formando uma biblioteca em minha casa, seja porque as exigências de pesquisa no 2º grau quase não existem mais). Se a Biblioteca atualizou seu acervo, suas acomodações para uma população estudantil mais numerosa e modernizou o atendimento (xerox, por exemplo), creio que seu serviço é inestimável. Se tal não ocorreu, creio que devemos lutar para que ocorra. Em minha formação, a Biblioteca Municipal atuou em vários níveis: 1) possibilidade de realizar as leituras necessárias para aprimorar meus conhecimentos escolares; 2) ampliação dos conhecimentos pela descoberta de livros importantes, ao manusear os fichários de "assunto"; 3) possibilidades para pesquisas que seriam impossíveis seja por necessidade de bibliografia estrangeira inexistente nas livrarias, seja por poder consultar livros estrangeiros cujo preço era inacessível para mim; 4) possibilidade de acompanhar acontecimentos culturais da cidade, seja porque ocorriam no anfiteatro da Biblioteca (conferências, cursos, debates), seja porque eram anunciados para os freqüentadores ou comentados entre eles. De 1958 a 1962, eu diria que a freqüência à Biblioteca Municipal foi um dos fatos mais importantes na minha formação cultural.

Observação suplementar e "fora" da pergunta: a Associação conhece o estado calamitoso das bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP?

1) acervo ridículo e desatualizado por "falta de verbas";

2) número reduzido de bibliotecários com curso de Biblioteconomia, de sorte que as bibliotecas são atendidas por pessoas que desconhecem o universo dos livros;

3) acomodações precárias: prédios úmidos ou com excesso de sol; falta de estantes e de espaço para outras; salas de leitura minúsculas; ausência de serviço de xerox, etc.

Freqüentemente os professores precisam emprestar seus livros para que os alunos acompanhem os cursos. E os professores, quando em pesquisa, são forçados a fazer vir livros do estrangeiro (por conta própria) ou até mesmo a viajar para usar bibliotecas estrangeiras. Nossas bibliotecárias têm feito o impossível para melhorar essa situação, mas sem sucesso.

CAIO GRACO

Caio Graco da Silva Prado, editor — "Cresci e me eduquei em meio a livros. Sempre os tive com a maior facilidade, bastava pedir.

Lembro-me contudo da enorme importância para mim da biblioteca do 'Liceu Pasteur', atual 'Franco Brasileiro' no qual estive como interno dos 14 aos 15 anos. Que me lembre foi a descoberta, por exemplo, de Dostoievsky que julguei um simples livro de mistério (*Crime e Castigo*) e de Victor Hugo (*Os Trabalhadores do Mar*)".

ALBERTO

Alberto, aposentado — Veio até a biblioteca porque estava interessado em ler alguma coisa sobre o Amazonas (Es-

tado), ou seja, por lazer. Freqüenta bastante a biblioteca, pois tem interesse por determinados assuntos e uma necessidade de aprofundar seus conhecimentos gerais. "As bibliotecas são muito importantes na formação das pessoas, pois o que se aprende na escola é muito pouco; existe a necessidade de maior aprofundamento dos conhecimentos".

MARCEL

Marcel Guedes Leite, pós-graduando em Economia — Diz que "não dá para comprar todos os livros necessários", por isso freqüenta bastante as bibliotecas. Acha que o usuário não é assistido convenientemente, "tem que se virar". Diz que a biblioteca deveria ser um espaço mais livre, "onde pudesse haver maior intercâmbio entre os usuários".

DARCY

Darcy de Negreiros, caloura do curso de Ciências Sociais da Faculdade Medianeira, agente administrativa — Veio até à biblioteca para fazer uma pesquisa bibliográfica, já que dentre os livros exigidos pelo seu curso, pretende comprar apenas aqueles que a biblioteca não possui. Acha que "as bibliotecas oferecem uma opção de estudo a quem não pode comprar livros; são ainda um meio viável, apesar de toda a burocracia que existe nelas".

SILVANA

Silvana Torres, 3º ano do curso de Enfermagem — Não costuma freqüentar muito bibliotecas, alegando falta de interesse; só procura a biblioteca quando existe muita necessidade. Ela não fez e não faz muito uso de biblioteca "porque peço emprestado ou compro a maioria dos livros de que necessito".

EDNA APARECIDA

Edna Aparecida Lopes Palácio, cursando a 8ª série — Veio até a biblioteca para realizar um trabalho escolar sobre "Teoria da Terra" (Geografia). Acha que "as bibliotecas são importantes porque nem sempre as pessoas podem ter o livro em casa e a biblioteca passa a ser uma boa fonte de pesquisa".

LUIZ GONZAGA

Luiz Gonzaga Ferreira, desenhista mecânico. Não estuda — Veio até à biblioteca para se atualizar, para consultar livros sobre literatura, uma vez que não pode comprá-los. A leitura é o seu principal lazer. "As bibliotecas são importantes, mas deveria existir maior esclarecimento na maneira de utilizá-las."

CELI

Celi, cursa a faculdade de Matemática, funcionária pública — Veio até à biblioteca para realizar um trabalho sobre estrutura e funcionamento da educação de 1º grau. "As bibliotecas são fundamentais porque as pessoas não têm muito dinheiro para comprar livros."

IVETE

Ivete, cursando supletivo de 1º grau, trabalha em escritório — Veio até a biblioteca para pesquisar sobre poluição da água, trabalho exigido na escola. Freqüenta a biblioteca sempre que tem um trabalho a fazer. "Nem sempre consigo encontrar tudo nos livros que possuo ou nos livros dos amigos. Por isso freqüento a biblioteca." Acha que outro fator importante é o da antiguidade: "não encontramos nas livrarias alguns livros antigos que, no entanto, a biblioteca possui".

Estes livros não podem faltar em sua biblioteca.

LATIFÚNDIO E PROLETARIADO (Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural) — José César Gnaccarini, 186 pp. 700,00

HEGEL — A ORDEM DO TEMPO — Paulo Eduardo Arantes — Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho, 320 pp. 1.300,00

VALOR E RENDA DA TERRA (O movimento do capital no campo) — Sergio S. Silva, 159 pp. 600,00

A QUESTÃO DOS REMÉDIOS NO BRASIL (Produção e consumo) — Geraldo Giovanni, 148 pp. 600,00

TRAJETÓRIA CRÍTICA (Cinema) — Jean-Claude Bernardet, 264 pp. 1.000,00

ACHADOS E PERDIDOS (Ensaios de crítica) — Davi Arrigucci Jr., 171 pp. (PRÊMIO JABUTI 1979) 600,00

OS SUBÚRBIOS DA CRIAÇÃO — Flávio Moreira da Costa, 149 pp. 500,00

PALHAÇO DA BURGUESIA (*Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, e suas relações com o universo do circo), 148 pp. 500,00

ROMÂNTICOS, PRÉ-ROMÂNTICOS, ULTRA-ROMÂNTICOS (Vida literária e romantismo brasileiro) — Brito Broca, 356 pp. (em co-edição com o INL) 800,00

ESTUDOS DA MÃO CANHESTRA — Brito Broca, 320 pp. (em co-edição com o INL) 800,00

livraria e editora polis ltda.

rua caramuru, 1196 — 04138 — são paulo — fone: (011)275-7586
distribuição: editora vozes ltda.

EDITORA VOZES

NOVIDADES VOZES

Grilagem
Corrupção e violência em Terras do Carajás
Pe. Victor Asselin
Formato: 160 × 230 — 200 p Cr$ 900,00

Este livro é uma contribuição original e avançada na luta contra a grilagem. É o resultado de levantamentos, viagens e entrevistas. Baseado em documentos oficiais, o autor apresenta mapas com a rota da grilagem, do Centro-Sul até o Maranhão e uma relação completa de todos os envolvidos na grilagem da região do Pindaré, desde 1957 até 1977.

A Economia Política da Crise
Problemas e impasses da política econômica brasileira
Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ)
Maria da Conceição Tavares e Maurício Dias David
Coedição: Vozes e Achiamé
Formato: 137 × 210 — 144 p Cr$ 600,00

O livro enfeixa contribuições de economistas de reconhecida competência e experiência no trato dos problemas de nossa economia. Dada a qualidade, a importância e a natureza polêmica dos textos produzidos, o IERJ decidiu torná-los acessíveis a um público mais amplo, editando a presente obra.

Aion
Estudos sobre o Simbolismo do Si-mesmo
C. G. Jung — Obras Completas, volume IX/2
Encadernado: Formato: 160 × 230 — 332 p Cr$ 2.000,00
Brochura: Formato: 140 × 210 — 332 p Cr$ 1.400,00

Aion é uma variante para designar a era cristã que encontra seu término na parusia de Cristo e no aparecimento do Anti-Cristo. Jung, servindo-se dos símbolos cristãos, gnósticos e alquimistas do si-mesmo, estuda em Aion as mudanças da situação psíquica dentro do Eon cristão. O ponto central de todas as reflexões é a tentativa de esclarecer e ampliar o arquétipo do si-mesmo e relacioná-lo com a figura tradicional de Cristo.

Uso da Vírgula
Prática de Português/6 — 4ª Edição Revista
Madre Olívia — Formato: 137 × 210 — 112 p Cr$ 300,00

Este volume, em 4ª Edição revista contém 80 exercícios a respeito do uso da vírgula. Prática de Português é uma série lançada pelo Centro de Pesquisas Linquísticas "Sedes Sapientiae", da PUC de São Paulo, sob a coordenação de Madre Olívia. A Série procura ser um elemento complementar para o ensino prático da língua, servindo tanto ao professor quanto ao aluno.

O Diário de uma Adolescente
Sofia Caracushansky
Formato: 137 × 210 — 200 p Cr$ 800,00

O livro é uma introdução à teoria dos roteiros de Eric Berne. Destina-se não só a profissionais de psicologia, mas também a leigos e pacientes em psicoterapia. Um livro que os terapeutas gostarão de indicar a seus pacientes.

Saúde e Trabalho no Brasil
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Formato: 137 × 210 — 132 p Cr$ 550,00

O livro apresenta um quadro geral do problema da saúde no Brasil. Não é um livro para especialistas, mas para todos aqueles que se interessam por conhecer e transformar uma situação que afeta a vida de todos os brasileiros. Indicado para os trabalhos das Igrejas, Comunidades de Base, Associações de Bairro, Sindicatos e Partidos Políticos.

Visite nossas Filiais.

Telefone ou escreva-nos.
Fazemos questão de atende-lo bem.

Matriz:
Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
25600 Petrópolis, RJ
Tel.: (0242)43-5112

São Paulo
Rua Haddock Lobo, 360
(Ao lado do
Colégio São Luís)
01414 São Paulo, SP
Tels.: (011)256-0611,
256-0161 e 256-0361

São Paulo
Rua Senador Feijó, 158 e 168
01006 São Paulo, SP
Tels.: (011)32-6890,
36-2064 e 36-2288

Bragança Paulista
Av. Miguel Cocicov, s/n
12900 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3675

Faça seu pedido ainda hoje

PEDIDO: Sim, quero receber pelo Reembolso os livros que estou abaixo indicando:

Quant.	Título do livro	Preço	Subtotal

REMETENTE **Total (Cr$):**

Nome_____

Endereço_____

CEP_____ **Cidade**_____ **Est.**____

Bibliotecas e Biblioteconomia no Brasil: alguns textos

FERNANDO BARONE*

Em que pese, neste levantamento, prováveis omissões de trabalhos na forma livro para esse tema, pode-se, apesar disso, afirmar que são poucos os momentos, na história brasileira, em que um técnico ou intelectual dispôs-se a trabalhar a questão das bibliotecas e biblioteconomia no Brasil. De forma geral, quando se entra em contato com tal bibliografia, depara-se imediatamente com a fragilidade e as lacunas abertas principalmente no que toca à inter-relação das idéias sobre a questão do controle e disseminação de informações no Brasil com as condições de produção material e cultural de seu sistema de produção como um todo. É possível imaginar que a produção de idéias sobre esta questão no Brasil dobra-se sempre sobre si mesma, como se fosse o eterno preliminar, o eterno subsídio teórico que quase nunca encontra receptividade ao nível do real. E aquela receptividade que encontra é absorvida unicamente pelos produtores instituídos.
Apesar desse marasmo cíclico os subsídios aí estão, resta fazê-los viver além do tecnicismo enquanto fim, além da burocracia e do carreirismo.

FIGUEIREDO, Nice, org. *O ensino de biblioteconomia no Brasil*; relatório de equipe de pesquisa sobre o "status quo" das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília, CAPES, 1978. v. 1. 145p.

Imprescindível o contato com tal trabalho para o início da discussão sobre o pessoal docente em biblioteconomia. Acumula dados e opiniões sobre o perfil destes profissionais, e sugere ampla bibliografia mais detalhada sobre a questão. Fornece subsídios técnicos e críticos para a abordagem da delicada questão acerca do ensino de biblioteconomia estar perigosamente voltado para a formação de técnicos desprovidos de espírito crítico e criatividade intelectual.

Os dois volumes restantes tratam, consecutivamente, de cadastros de professores e entidades na área e de uma análise da literatura recomendada no ensino de biblioteconomia no Brasil. Imdispensável como subsídio para as questões relativas à valorização profissional, salários, atribuições e perspectivas de mudança.

FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112p.

Panorama histórico que pretende um olhar retrospectivo sobre os principais eventos que desde o século XVI determinaram a atual situação das bibliotecas, livros e biblioteconomia no Brasil. Possui um caráter mais de fixação cronológica de eventos do que de reflexão de seus significados. Ainda assim valioso na medida em que levanta dados sobre as primeiras bibliotecas brasileiras, o trabalho dos jesuítas, as primeiras manifestações de organização bibliográfica, o surgimento da Biblioteca Nacional, os pioneiros bibliófilos e bibliotecários, o nascimento do INL e a contribuição da Universidade de Brasília para o moderno desempenho biblioteconômico.

Este trabalho traz também um quadro cronológico dos fatos marcantes ao nível da criação de bibliotecas, publicações importantes no Brasil e em outros países, surgimentos de escolas de biblioteconomia, etc. Acompanha o trabalho uma bibliografia bastante significativa. Recebeu o prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação em 1978.

MIRANDA, Antonio. *Planejamento bibliotecário no Brasil*; a informação para o desenvolvimento. Brasília, Livros Técnicos e Científicos/Editora da Universidade de Brasília, 1977. 135p.

Os agudos problemas da circulação da informação, a questão da democratização da informação, propostas e estado do planejamento de disseminação de informações no Brasil é o tema central desse vigoroso trabalho escrito originalmente em inglês como tese de mestrado e ganhador do Prêmio Sisson & Parker da Loughborough University of Technology em 1976.

Além da discussão e levantamento de dados relativos à infraestrutura de informação no Brasil, ensino e recursos humanos em Biblioteconomia e Documentação, o trabalho reporta-se a questões políticas e reflete, auxiliado por muitas citações de extensa bibliografia, o problema do poder, da democracia e das configurações sociais sustentadoras do exercício de circulação e consumo de informação no país.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. 234p.

Minúcia, erudição e muitos dados nessa obra que se pretende um "esboço da história dos livros e das bibliotecas no Brasil colonial". Não pretendendo, como explica o prefácio, algo mais que levantar fatos, entretanto possibilita o aparecimento da matéria fundamental para o trabalho de reflexão da história e cultura brasileiras.

Bibliotecas religiosas, jesuíticas e outras; bibliotecas particulares; o comércio de livros; a censura colonial e sua esfera de atuação; o funcionamento das primeiras tipografias; a Impressão Régia; a Biblioteca Pública da Bahia e outros temas relativos, são minuciosamente tratados e registrados com documentos e vasta bibliografia.

MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64p.

Trabalho bastante conhecido pela comunidade bibliotecária brasileira e de leitura obrigatória para todo profissional que nutre algum sonho de mudança para a área na qual atua.

Apesar de possuir quase quatro décadas de idade, seu conteúdo, no mínimo, aponta para os problemas mais sérios na área e propõe algumas soluções que, se a princípio podem parecer politicamente ingênuas, de modo algum eliminam a necessidade de absorvê-las, adaptá-las ao momento presente.

Levantando as origens do descaso cultural brasileiro e suas possíveis razões, denunciando o humanitarismo europeu como ranço cultural aplicado à política de bibliotecas, atentando para o perigo do tecnicismo e da burocracia, o autor fornece, sem dúvida alguma, os elementos básicos para um pensamento novo no que toca às bibliotecas e à ação dos bibliotecários.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A biblioteconomia brasileira*; 1915-1965. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966. 356p.

Trabalho esquemático e intencionalmente acrítico que se pretende um grande quadro da situação do ensino biblioteconômico no Brasil. Levanta até o ano de 1965 cursos, escolas, faculdades de Biblioteconomia e Documentação com seus currículos e programas correspondentes, professores cadastrados, regimentos dos cursos, legislação de ensino e também uma bibliografia didática para a área.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira*; desempenho e perspectivas. São Paulo, Livros Irradiantes/Brasília, INL, 1980. 82p.

Estudo descritivo da situação das bibliotecas públicas estaduais brasileiras. Levantamentos estatísticos, estruturas básicas organizativas, acervos, recursos humanos, etc. Traz uma pequena conclusão da pesquisa onde são escassas discussões mais profundas no que toca à relação política cultural governamental/situação da bibliotecas. Boa bibliografia sobre o tema.

* Professor no Departamento de Biblioteconomia, ECA/USP.

PARA ONDE VÃO AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Apenas dentro de um projeto mais amplo de transformação da sociedade a biblioteca pública passará a cumprir adequadamente a sua função.

ANTÔNIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS*

Para se indagar sobre as perspectivas que tem a biblioteca pública brasileira é preciso, naturalmente, partir do conhecimento das razões e pretextos que foram utilizados para justificar a instalação dessa instituição no Brasil. Tem-se, portanto, um caminho longo a percorrer nessa reconstituição social e histórica. Isto, porém, não pode ser feito aqui. Vamos nos limitar a algumas colocações gerais.

Em primeiro lugar, a questão da justificativa. Da mesma forma que as classes cultas dos países europeus, os homens cultos do Brasil do século XIX acreditvam no poder que as bibliotecas teriam de elevar o espírito das pessoas, de torná-las melhores através da difusão da "boa" leitura, dos "bons" autores. O conceito de bom, no caso, sendo aquele definido por essas classes cultas, as quais eram, invariavelmente, frações da própria classe dirigente.

Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, em 1811, na Bahia, queria entrar "em relação de idéias com os escritores da Europa". Mário de Andrade, em 1939, em São Paulo, queria criar o "hábito popular de leitura". São dois extremos: o primeiro, aristocrático, preocupado com a acessibilidade à alta cultura européia; o segundo, liberal, igualitário, democratizante, afirmando que as bibliotecas "populares" seriam "verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extra-escolar". Em ambos os casos encontram-se dois traços comuns: a visão da biblioteca como uma alternativa da escola formal e voltada para o acesso a níveis superiores de cultura (em relação aos níveis inferiores da cultura do povo), fosse a européia ou a "nossa cultura" de que falava Mário de Andrade, e a posição autoritária que julga e define qual o tipo de biblioteca que servirá ao povo, sem que este jamais seja ouvido a respeito.

É interessante observar que até agora não conseguimos localizar, em documentos legais, um enunciado claro sobre os objetivos das bibliotecas públicas, que indicasse quais as competências que o Estado atribui a essas instituições. Não estamos aqui nos referindo às frases feitas, aos lugares comuns encontrados na retórica dos administradores e políticos quando inauguram bibliotecas ou quando falam sobre elas em solenidades tipo "dia do livro", "dia do bibliotecário", etc. Estamos pensando em um posicionamento explícito da classe dominante em relação ao papel da biblioteca pública. Por exemplo, o Decreto-Lei nº 92, de 21/12/37, que criou o Serviço Nacional de Teatro, diz em seu primeiro artigo: "O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo". Ou, então, uma declaração direta de censura, como a que aparece no Regulamento da Biblioteca Militar, do mesmo ano de 1937: "Não poderão ser aceitas nem compradas obras de inspiração contrária à moral, à Pátria e suas glórias, às instituições militares, de caráter subversivo nem de propaganda política".

Já o Decreto-Lei nº 93, assinado no mesmo dia do que criou o Serviço Nacional de Teatro, e que criou o Instituto Nacional do Livro, limita-se a dizer que caberá a este órgão "incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional". Talvez o mesmo burocrata que redigiu o Decreto-Lei do Serviço Nacional de Teatro, se tivesse sido convocado a dar sua colaboração na redação do texto do INL, poderia sugerir que se

* Professor de Biblioteconomia, Bibliotecário-Ministério da Saúde, Brasília.

usassem suas mesmas palavras aplicadas agora às bibliotecas, pois a mesma justificativa — "a elevação e a edificação espiritual do povo" — identifica-se com a conceituação usual de biblioteca pública presente no discurso das classes governantes e de certa intelectualidade.

Na realidade, as bibliotecas públicas têm sobrevivido, sem rumo e sem objetivos claros, com suas funções sendo definidas a reboque das práticas técnicas e não como uma busca constante de satisfazer a necessidades expressas pela própria comunidade. Mas, ao se falar em comunidade, corre-se o risco de se incorrer numa falácia. A comunidade, e aqui estamos nos referindo à maioria da população, pode ser contagiada pelos conceitos e preconceitos da classe dominante no que se refere aos ideais de cultura. O povão pode não entrar na biblioteca pública, pois acha que ali existem apenas textos difíceis que fogem à sua compreensão. Sua atitude é de reverência e respeito ao "templo do saber". A literatura de que gosta não encontraria lugar em instituição que, pela arquitetura, pelo silêncio e pelo tipo de gente que a utiliza, está mais perto de um lugar de culto religioso do que de uma instituição que ofereça algo de concreto para o seu cotidiano.

Não é tão fácil obter a participação da comunidade na construção e gestão da biblioteca pública. Esta é uma instituição mantida pelo Estado e sujeita aos seus controles. No caso brasileiro, a experiência tem demonstrado que, de um modo geral, existe uma espécie de animosidade do Estado para com a população, principalmente os que são deserdados da sorte ou do poder. Como se traduziria, em face disso, a participação dessa comunidade? Na escolha dos responsáveis pela biblioteca? Na definição dos materiais que devem compor o seu acervo? Na fixação do horário de funcionamento? Nas funções que a biblioteca deverá exercer? Na integração com outros serviços da comunidade? Ou se limitaria às campanhas para arrecadar doações de livros ou de dinheiro? Ou, no melhor estilo norte-americano, à criação de anódinas associações de amigos da biblioteca? Por que não entregar a gestão da biblioteca pública às associações de moradores?

Em todas essas considerações, partimos (no caso particular, um profissional que como muitos outros resolve arvorar-se em porta-voz da maioria, sem ter a vivência e a convivência que legitimem essa posição) do pressuposto de que a população está realmente interessada e necessitando de bibliotecas públicas. Desenvolvemos todo um esquema teórico para justificar a necessidade dessas instituições. Esse esquema, difundido amplamente, nos é depois devolvido pela própria comunidade. Não estaríamos confundindo o eco de nossos apelos com a voz autêntica do povo a clamar por um serviço de biblioteca?

O que justificaria a demanda por bibliotecas públicas? Deixando de lado o objetivo da auto-educação, cujo valor, como mecanismo de mobilidade social é bastante discutível numa sociedade que somente valoriza o saber conferido pelo diploma, por que motivo, fora do campo educacional, alguém recorreria à biblioteca pública? Coloquemos a questão de outra forma: o que teria a biblioteca pública a oferecer à maioria da população para que esta se apropriasse efetivamente de uma instituição que, pelo adjetivo, aspira a ser sua? Não se trata de, ingenuamente, dar respostas com base em números, em estatísticas de freqüência e uso de materiais. Trata-se de conhecer, com base em critérios qualitativos, qual o papel que a biblioteca pública deve desempenhar para atender às necessidades sentidas ou latentes da população que recebe apenas as migalhas do bolo econômico. Qual o sentido da biblioteca pública para os que vivem/sobrevivem de salário mínimo e menos que isso, para os bóias-frias e outros tipos de trabalhadores rurais, como os pequenos proprietários proletarizados, os meeiros, arrendatários, posseiros e agregados, e os trabalhadores das favelas e periferias urbanas?

Não se pode deixar de examinar a situação da biblioteca pública da perspectiva mais ampla das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Essas desigualdades, como é tão sabido, atingem todos os aspectos da existência das pessoas. Da moradia à educação, da alimentação ao lazer, da saúde à morte, tudo isso se acha distribuído de forma cruelmente desigual. E, nos últimos anos, essas desigualdades se têm acentuado ainda mais. A constatação dessas desigualdades tem levado a duas posições. Uma que reivindica uma distribuição eqüitativa de bens e serviços, de modo a tornar efetivamente universal o usufruto, em condições de igualdade, de todas as vantagens que a sociedade atual pode oferecer. Outra que procura criar serviços ajustados às carências da maioria da população, com sua participação mais efetiva, e no mesmo grau de despojamento e modéstia que caracteriza a existência desses grupos. Essa posição está quase sempre marcada por um engajamento social e político, em que se almeja culminar todas essas iniciativas de ação social com a conscientização das pessoas em termos da realidade em que vivem e de como superar as limitações dessa própria realidade.

Alguém, examinando essa última hipótese, poderia, cinicamente, perguntar por que os pobres têm, além de todas as suas dificuldades para sobreviver, de ainda arcar com o ônus adicional de montar suas próprias bibliotecas? Enquanto isso, em lugares onde moram pessoas de mais alto poder aquisitivo, o Estado constrói bibliotecas públicas, às vezes de requintado e dispendioso padrão arquitetônico, sem que recaia sobre os moradores locais qualquer ônus adicional. Por que as maiores e mais completas bibliotecas públicas não são construídas pelo Estado nas regiões mais densamente povoadas por habitantes de menor poder aquisitivo e que, logicamente, precisariam mais dos serviços de uma biblioteca do que os moradores de melhor situação econômica que podem, pelo menos em princípio, pagar pelos livros de que precisam?

Essas colocações podem parecer inadequadas e até mesmo angustiantes. Mas, acreditamos que é preciso analisar a sua pertinência, a fim de que possamos indicar um caminho para a biblioteca pública brasileira. De início, sabemos que somente dentro de um projeto mais amplo de reconstrução social e política, em que todos os segmentos da sociedade possam debater e decidir sobre o que melhor lhes convém é que se poderá esboçar uma solução que tenha vigência social. Isto é, que não seja nem uma dádiva das classes dominantes nem um serviço de qualidade inferior, simplificado e adaptado às limitações dos desprivilegiados.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

LEILA MERCADANTE*

A biblioteca universitária brasileira tem merecido, nos últimos anos, especial atenção de estudiosos, aqui e fora do Brasil. Enfocando aspectos importantes, discutindo suas funções, avaliando seu desempenho, propondo padrões para seu desenvolvimento, alguns trabalhos demonstram o grau de maturidade a que chegou hoje, na análise da biblioteca universitária brasileira.

Como instituição social que é, é analisada em sua inserção no contexto sócio-econômico e cultural do país por TARAPANOFF: "a biblioteca universitária é parte e resultado da sociedade na qual opera, refletindo as características gerais do país — o seu grau de desenvolvimento, sua tradição cultural e seus problemas e prioridades sócio-econômicas".

LIMA, situa em seu estudo a falha da lei 5.540/68 (Reforma Universitária) no que se refere à biblioteca universitária: "Inexplicavelmente, em documentos preparatórios ou de avaliação da chamada reforma do ensino superior brasileiro, não se faz qualquer alusão às bibliotecas e ao papel que lhes caberá representar dentro do novo conceito de universidade".

É CARVALHO quem assegura: "as atividades universitárias definidas como ensino-pesquisa-extensão demandariam bibliotecas organizadas, principalmente para atender à clientela mais exigente, criada com a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e com sedimentação da pós-graduação".

Enquanto para LEMOS e MACEDO: "uma boa biblioteca universitária ultrapassa os limites físicos da universidade, em decorrência das atividades de extensão dessa universidade e as da própria biblioteca"; MIRANDA alerta: "não temos, e é reconhecida a nossa falha, uma tradição bibliotecária no Brasil, assim como a nossa tradição universitária é bem recente". CARVALHO propõe ainda a avaliação de desempenho como um caminho: "para que as bibliotecas se integrem ao ambiente universitário que as envolve é necessária uma avaliação de seus atuais serviços e uma posterior re-definição de seus objetivos com o intuito de dimensioná-los à luz de um planejamento coerente com os objetivos e atividades da própria instituição".

E como vai a biblioteca universitária brasileira? Numa análise despida de pessimismo mas ao mesmo tempo isenta de idealizações exageradas, o que se pode dizer de sua performance, do cumprimento ou não de suas funções? Avaliado o seu desempenho, queixas e ilusões à parte, quais seriam as conclusões? Até que ponto poderíamos considerar como nossa a situação analisada pelo Relatório PARRY, significativo para as bibliotecas britânicas, quando discorre sobre a mudança fundamental, operada na biblioteca universitária, que passou de um "método conservador e voltado para si mesma, para uma organização voltada para fora e ajustada mais diretamente às necessidades dos leitores"?

Como tem sido encarada a biblioteca pelas autoridades universitárias e educacionais do país? Se por um lado não merecemos ainda por parte do MEC uma atenção maior, apesar de estarmos lutando há anos e de várias formas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias, por outro lado acredito que já há maior compreensão de sua importância como adequado suporte de informação.

SILVA destaca os esforços que têm sido empreendidos na última década, visando a formulação de uma política de desenvolvimento integrado das bibliotecas universitárias brasileiras. MIRANDA, já em 1978, propõe: "Em suma, faz-se mister, paralelamente ao Sistema proposto de universidade brasileira, criar-se um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias como agências de planejamento e coordenação deste intercâmbio de recursos e de experiências". Os bibliotecários já estão convencidos da necessidade de tal medida, embora por parte das autoridades não haja ainda nenhuma definição.

Como está a posição do bibliotecário na Universidade? Em poucas instituições o diretor da biblioteca participa de órgãos de decisão e do planejamento das atividades culturais; na grande maioria das universidades ele está colocado à margem do poder decisório. Sua identidade teria que ser calcada no duplo papel que desempenha. Conforme THOMPSON, de um lado, executivo e administrador como chefe de um departamento técnico; de outro professoral, identificando-se com o ensino e a pesquisa. E do correto estabelecimento de sua identidade depende, de fato, o seu desempenho. Imediatamente ligado à direção da Faculdade ou Universidade, deve ter livre trânsito para expor as necessidades e defender as prioridades da biblioteca.

E as verbas? Podemos dizer que a má aplicação de recursos financeiros é tão grave quanto a falta deles. Os recursos aumentaram, mas têm sido eles gastos visando o desenvolvimento harmonioso de coleções? As verbas estão muitas vezes vinculadas às exigências de grupos das universidades, causando a duplicação indefinida das assinaturas de periódicos e reforçando áreas em detrimento de outras. Sabe-se que as agências financiadoras injetam consideráveis somas através de projetos e convênios; mas quando esses fundos não são administrados pela biblioteca, segundo FONSECA, "pelo simples fato de terem obtido tais recursos, muitos pesquisadores se julgam com o direito de multiplicar assinaturas de periódicos, desprezando os interesses da universidade". Enquanto não se definir uma política de aquisição,

* Professora de Biblioteconomia, bibliotecária-chefe, Unesp, Marília, SP.

o bibliotecário será simplesmente o executor de ordens recebidas sem interferir no processo de seleção.

A esse respeito, GELFAND afirma que somente os bibliotecários são suficientemente livres (em oposição ao professor) e permanentes (em oposição aos estudantes) para adquirir livros contínua e sistematicamente. O Relatório PARRY enumera outras razões, entre elas o conhecimento que só o bibliotecário tem de todos os aspectos do acervo. A avaliação de coleções, o estudo do custo das assinaturas de periódicos, a análise estatística de quanto esses títulos têm sido consultados, são processos de grande valor para que o bibliotecário possa orientar uma aquisição mais correta e consciente.

Segundo GRANJA, as bibliotecas universitárias brasileiras "não estão preparadas em termos de ensino e pesquisa", para atender à demanda de informação. Em contraponto poderíamos dizer que o nosso usuário, apesar do grande número de cursos de pós-graduação instalados e das exigências da carreira universitária, não está preparado para usar os serviços de informação. Se existe um descompasso, esse é bilateral. Muitas vezes se oferece mais do que o usuário consome. Os serviços de alerta, a localização de literatura especializada através de sofisticados sistemas de informação, o fornecimento contínuo de separatas e cópias xerox somente são aproveitados plenamente pelos que já se encontram engajados em novos métodos de trabalho. O que se nota é que o usuário não está informado do que pode obter, do que a biblioteca universitária pode oferecer. Ao mesmo tempo, consideramos interessante saber: até que ponto os periódicos assinados são citados na produção científica da universidade? Estudos correlacionando o uso das coleções poderiam ser de grande valor para definir programas de aquisição ao completar coleções, atualizá-las, substituir título, etc.

E como está a relação usuário-bibliotecário na biblioteca universitária brasileira? O diálogo imprescindível para que se ajustem serviços às necessidades é uma constante? Encontramos hoje o bibliotecário trabalhando junto com o professor, atraindo o estudante, explorando com eles completamente o acervo de que dispõe, e encaminhando para as devidas soluções as necessidades encontradas? Ou ainda se esconde atrás de pilhas de serviço técnico?

THOMPSON comenta, citando DOUGHERTY e HEINRITZ, sobre a quantidade de processos técnicos que uma biblioteca realiza, afirmando ser em torno de 70 a 90% do total de suas tarefas. Pudemos observar, recentemente, em trabalho desenvolvido em uma Universidade, que os processos técnicos eram muito bem feitos, mas que os bibliotecários, ao realizarem tais serviços, o faziam sem pensar no usuário, descuidando-se deste, para efetivarem aqueles. Evidentemente sabemos da necessidade de proceder ao tratamento técnico do material, mas sempre com a finalidade máxima do uso e recuperação da informação. Quando, numa biblioteca, as rotinas são mais valorizadas que os objetivos, o resultado é péssimo.

A melhor capacitação do bibliotecário sem dúvida viria facilitar o seu desempenho. Sendo ele próprio um pós-graduando ou graduado estaria mais apto a entender as necessidades, a aproximar a informação do leitor. MIRANDA esclarece a situação desse problema: "o bibliotecário de nossas universidades não teve o correspondente incentivo à capacitação permanente. Ao contrário, os mais jovens e os mais ambiciosos optaram pelo ensino (para usufruir dos privilégios) ou foram atraídos por melhores oportunidades e melhores salários nas bibliotecas especializadas e nos sistemas nacionais de informação.

Vivemos hoje a crise de Universidade, em que ela mesma tenta se posicionar dentro da sociedade, como força capaz de gerar soluções para os problemas que afetam essa sociedade, contribuindo para o progresso e desenvolvimento através da pesquisa e da educação de uma população pouco instruída. Para a consecução de tais objetivos, um instrumento dos mais eficazes é constituído pela biblioteca universitária, conforme esclarece AGUIAR ao definir o planejamento do IBICT em relação às bibliotecas universitárias: "de um modo geral, as bibliotecas universitárias detêm os mais relevantes acervos bibliográficos do país nas áreas de ciência e tecnologia". Infelizmente poucas têm trabalhado no sentido de tornar acessível a toda a comunidade científica do país a informação em ciência e tecnologia da qual são depositárias. E, no entanto, a biblioteca universitária pode e deve compartilhar da responsabilidade da prestação de serviços de informação para o desenvolvimento. Impõe-se que ela proceda à maximização do uso dos recursos bibliográficos de que dispõe, através da exploração adequada, e para o maior número de usuários. Só assim, abrindo os seus acervos, ela deixará de ser elitista, e seguirá o caminho apontado por ZAHER:

"Dentro desse contexto de uma universidade renovada, dinâmica e atual, as bibliotecas universitárias não podem continuar a desenpenhar o papel estático e tradicional que, muitas vezes, é a característica dos países em desenvolvimento. Elas serão chamadas não só a tomar parte ativa como elemento de apoio a todo o processo intelectual e desenvolvimento do saber, mas também no processo de interação das Universidades com os campos de produção de cada país, onde a informação é o elemento básico".

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Afranio Carvalho. *Diretrizes do IBICT e suas interferências no planejamento das bibliotecas universitárias*. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Anais, Brasília, 1981. p. 61.

CARVALHO, Maria Carmen Romay de. *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*. Fortaleza, UFC/Brasília, ABDF, 1981.

GELFAND, M.A. *Las bibliotecas universitárias de los países em vias de desarrollo*. Paris, UNESCO, 1968.

FONSECA, Edson Nery da. Introdução. *Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, 4(I):9-18, mar. 1975.

LEMOS, A. A. Briquet de & MACEDO, V. A. Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 4(I):40-51, mar. 1975.

LIMA, Etelvina. *A biblioteca no ensino superior*. Brasília, CAPES/ABDF, 1978.

MIRANDA, Antonio. *Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática*. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. Anais. Niterói, 1978. p. 175-189.

SILVA, Luiz Antonio G. da. *Visão panorâmica do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias*. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE BILBIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Anais, Brasília, 1981, p. 58.

TARAPANOFF, Kira. *Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural*. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2. Anais, 1981, p. 9.

THOMPSON, James. *An introduction to university library administration*. 2ª ed. London, Clive Bingley, 1974. 164p.

A LEGISLAÇÃO SOBRE BIBLIOTECAS NO BRASIL

CECÍLIA ANDREOTTI ATIENZA*

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais Bibliotecários, já não sem tempo, estão começando a tomar consciência dos problemas atuais existentes sobre a invasão de outros profissionais (não Bibliotecários), na área da Biblioteconomia Brasileira.

Ora, esse mercado de trabalho, que deveria ser privativo do bacharel em Biblioteconomia, está sendo utilizado por profissionais de outras áreas, sob as mais diversas alegações. Isto porque, a profissão biblioteconômica vem se desenvolvendo a passos largos, ampliando a escala de valores, que por definição, sempre pertenceu à Biblioteconomia, mas que na impossibilidade natural dos legisladores de 1962, de preverem esse desenvolvimento na Ciência da Biblioteconomia, fez com que a parca legislação existente sobre o assunto, se tornasse inadequada, dando margens a interpretações jurídicas as mais diversas, embora saibamos que essas interpretações deveriam respeitar o conceito da matéria e a intenção do legislador ao elaborar uma norma, ou seja, obedecendo a interpretação lógica da norma, que nada mais é, que a investigação do fim ou da razão da lei, para fixar-lhe o seu real sentido.

Mas, nem sempre isso acontece, pois, por conveniências diversas, o intérprete poderá justificar sua tese, segundo uma interpretação gramatical, ou seja, aquela que estabelece o sentido objetivo da lei, com base em sua "letra".

Muitos autores jurídicos não se satisfazem com essa interpretação, pois, as palavras escondem ou representam um significado não representado, na maioria das vezes, com fidelidade.

Por esta razão, os intérpretes da lei partem para a investigação da "ratio legis", ou melhor, para o fim perseguido pela lei, de modo que, em função dele, possa fixar exatamente o sentido depreendido da "letra da lei".

Interpretar o Direito "é estabelecer o sentido objetivo da norma, não o sentido retrógrado e nem aquele que de forma alguma poderia ser incluído, mas o que se depreende do texto ajustado à realidade social. Para descobri-lo, o intérprete deve pensar como homem de sua época e não como homem do tempo em que a lei foi sancionada. Assim, o sentido da lei deve ser atual, e não retrógrado e nem revolucionário".(13)

Uma vez explicadas as divergências possíveis de interpretação, vamos detalhar os problemas legais da Biblioteconomia, dividindo em partes as áreas mais atingidas, começando pela lei maior que disciplina o exercício da profissão, mediante a Lei Federal nº 4084, de 30 de junho de 1962 (1) e o respectivo Decreto Federal regulamentador, nº 56.725, de 16 de agosto de 1965.(2)

2 PRINCÍPIOS DA LEI 4084/62

Essa lei é o resultado da situação biblioteconômica correspondente ao anos de 1962. Ora, passados vinte anos de sua promulgação, ela não pode atender mais aos objetivos da época atual, pela natural evolução da profissão e as conseqüências resultantes desse fator cultural, mas isto não significa que se deva permitir as "convenientes" interpretações de outrens, menos preocupados com o destino das bibliotecas brasileiras. Sabemos que se faz necessário modificar a Lei 4084/62, mas, antes que isso aconteça, vamos defender os princípios existentes na lei, que por extensão, permitem a defesa dos interesses profissionais dos Bibliotecários.

Quais esses princípios? Então, vejamos:

2.1 *Exercício profissional*

O exercício da profissão de Bibliotecário foi objeto de disposição da Lei 4084, de 30 de junho de 1962 e de sua respectiva regulamentação, pelo Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965.

Esta norma apresenta para o estudo do problema, basicamente, a disposição que exige para provimento e exercício de cargos técnicos de Bibliotecários (e Domentaristas), na administração pública, autárquica, parestatal, empresas sob intervenção governamental ou concessionárias de serviço público, a obrigatoriedade da apresentação de diploma de bacharel em Biblioteconomia. (Obs.: Não existe, juridicamente, a profissão de Documentarista. O exercício das funções de "Documentarista" é sempre do profissional Bibliotecário. Esta nomenclatura precisa de uma reavaliação por autoridade competente.)

2.2 *Funções privativas ou atribuíveis ao profissional Bibliotecário*

O art. 1º, do próprio diploma legislativo em questão, estabeleceu *expressamente* a intenção citada em primeiro lugar, ao declarar ser "a designação profissional de Bibliotecário, *privativa* dos bacharéis em Biblioteconomia", como também, assim podem entender, no art. 3º, em relação ao preenchimento dos cargos da série de classes de Bibliotecário (e Documentarista), onde está clara a exigência peremptória do diploma para aquele fim.

Porém, no art. 2º quando diz a quem caberá o exercício da profissão de Bibliotecário, usa a palavra *"permitado"* e não *"privativo"* que impediria, legalmente, as aberrações que estão acontecendo no nosso país, onde pessoas *não habilitadas* estão dirigindo nossas bibliotecas e centros de documentação,

* Diretora do Centro de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

muitas delas, sob a alegação (errônea) de que os cargos são de confiança.

O art. 6º quando diz: "São atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia...", também não deixou claro essa intenção, dando oportunidade a alguns técnicos-jurídicos, de adotarem a tese, segundo a qual, a lei diz que são *atribuíveis* aos bacharéis em Biblioteconomia as tarefas relacionadas no artigo mencionado, sem afirmar que lhes seriam, também, *privativas*, pretendendo, apenas, evidenciar que do exercício do cargo em comissão de direção intermediária, não se origina qualquer desvio de atribuições.

Temos como exemplo, o caso da Biblioteca Nacional. Embora a alínea "c" do art. 6º dá como atribuição ao bacharel em Biblioteconomia "a administração e direção de bibliotecas", tivemos um não Bibliotecário na direção da Biblioteca Nacional, sob a alegação de especialistas jurídicos ligados ao MEC de que "segundo a Lei 4084, que regulamenta a biblioteconomia, o diploma de bibliotecário é imprescindível para a ocupação de cargos técnicos de bibliotecários e documentaristas. A direção da Biblioteca Nacional, entretanto, não se enquadra nestas especificações, sendo um cargo de direção e assessoramento superior, com funções essencialmente administrativas".(8)

Outro exemplo a ser citado, é o caso da direção de Serviços de Documentação que, embora, expresso na alínea "d" do art. 6º "a organização e direção dos serviços de documentação", tivemos um parecer da Consultoria Geral da República, aprovado pela Presidência da República, onde encontramos a alegação de que "a Lei 4084/62, não tornou privativo dos bacharéis em Biblioteconomia, as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles que tenham a qualificação de que trata a referida Lei".(3)

Esses exemplos retratam o resultado dessa omissão legislativa que permitiu a elaboração dos pareceres acima mencionados entendendo (esses pareceres) que o diploma legislativo em causa não deu exclusividade aos ocupantes de cargos de Bibliotecário (e Documentaristas), ou que pelo menos isso não ficou expresso na lei e consideram o diploma legal, apenas, quanto à sua interpretação literal, ou seja, onde a lei não distingue, ao intérprete não será lícito distinguir.

A gravidade, nesses casos, reside no fato (como aconteceu com o Parecer 382-H/66, de autoria do Consultor Geral da República, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa) de que esses pareceres quando aprovados pela Presidência da República, não se pode recusar sua aplicação na esfera administrativa, embora essa exigência de habilitação seja perfeitamente legal quando entendida sob a luz da interpretação lógica da norma. (Ao "caput" do art. 6º deve ser dada nova redação como: "São atribuições *privativas* dos bacharéis em Biblioteconomia...". E, para resolver definitivamente, o problema de "cargos de confiança", deve ser acrescentada uma alínea nesse mesmo artigo, referente às atribuições, constando do seguinte: "o exercício de cargos ou funções de direção, chefia e encarregatura, em caráter efetivo, em comissão ou mediante contrato, nas áreas abrangidas pelas bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, redes, sistemas, centros e serviços de documentação e/ou informação e demais entidades e/ou instituições que tenham como objetivo o armazenamento e/ou a disseminação da informação em qualquer área de atividade intelectual".(4)

2.3 *Direção de Bibliotecas e de Serviços de Documentação*

As alíneas "c" e "d" do art. 6º declaram como "atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

.....

c) a administração e direção de bibliotecas.

d) a organização e direção dos serviços de documentação.

.....".

Ora, hoje temos que fazer a interpretação lógica, extensiva dessas alíneas, uma vez que além de bibliotecas de uma forma pura, temos em razão do desenvolvimento dessas mesmas bibliotecas "o planejamento, assessoramento, consultoria, organização, implantação, administração e direção de bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, redes, sistemas, serviços e centros de documentação e/ou informação e demais entidades e/ou instituições que tenham como objetivo o armazenamento e/ou disseminação da informação em qualquer área de atividade intelectual".(4)

3 DEFINIÇÃO DE BIBLIOTECAS

Outro comentário a ser feito, ainda com relação ao art. 6º, onde o dispositivo menciona, textualmente, "organização, direção e execução dos serviços técnicos (...) de administração e direção de bibliotecas". Mas, a aplicação desse preceito esbarra numa indagação: *o que é biblioteca?* Com efeito, sob esta denominação cabem realidades muito distintas, desde a Biblioteca Nacional com seis milhões de peças (livros, discos, mapas, periódicos, etc.), até a de uma escola primária modesta.

E, aqui, poderemos citar alguns exemplos com comentários relativos a essas bibliotecas exemplificativas.

3.1 *Biblioteca Pública*

O manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública, define-a como força em prol da educação, da cultura, da informação e como instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre os povos e as nações. Esse manifesto, diz ainda, que a biblioteca pública deve ser estabelecida à base de dispositivos legais inequívocos que regulem a prestação de um serviço de biblioteca pública de alcance nacional.

Portanto, é indiscutível a necessidade de serem baixadas normas por autoridade competente, baseadas numa publicação de nível internacional, como a "International Federation of Library Associations", denominada "Standards for Public Libraries" traduzida para o português como "Normas para Bibliotecas Públicas" e onde inclui o citado manifesto da UNESCO.(11)

3.2 *Biblioteca Infanto-Juvenil*

Em artigo publicado por Yvette Z. Duro,(9) encontramos o pensamento de Cecília Meirelles, segundo o qual "as bibliotecas infantis correspondem a uma necessidade da época e têm a vantagem não só de permitirem à criança uma enorme variedade de leituras, mas de instruirem os adultos acerca de suas preferências".

Yvette diz que "o número de bibliotecas infantis no Brasil é pouco significativo, embora na década de 70 fosse verificado maior desenvolvimento em algumas regiões". Diz, ainda, que "as atuais diretrizes do ensino brasileiro contribuiram para o maior afluxo de estudantes às bibliotecas públicas mas relegaram a um plano secundário as escolares e infanto-juvenis".

Não seria o caso de se estabelecer normas por autoridade competente, que poderiam ser baseadas, também, na publicação "Normas para Bibliotecas Públicas", no item que se refere às crianças, lembrando sempre que "as crianças formam um grupo identificável dentro da comunidade, com necessidades e interesses especiais".(11)

3.3 *Biblioteca Escolar*

A biblioteca escolar permanece entre nós como um simples repositório de material impresso ou um depósito de livro apenas.

Tereza da Silva Freitas Oliveira,(16) em seu artigo diz muito bem e de forma sucinta, como a biblioteca escolar representa uma unidade integrante do núcleo de Apoio Técnico Pedagógico, no Regimento das Escolas de 1º e 2º Graus no Estado de São Paulo, explicando a integração do bibliotecário nos planejamentos e programações escolares e, ainda, o relacionamento que se almeja no processo ensino-aprendizagem. Esses elementos todos fazem parte da estrutura funcional dessas escolas, de uma forma técnico-legal a não deixar dúvidas, mediante decretos estaduais (para São Paulo): nº 10.623, de 26 de outubro de 1977 e nº 11.625, de 23 de maio de 1978.

Temos que citar nesse item que "de acordo com o determinado nos artigos 2º e 3º do Decreto Estadual (São Paulo) 5.771, de 4 de março de 1975, o governo paulista assumiu o encargo de criar bibliotecas e, simultaneamente, os cargos de Bibliotecários nas escolas de 1º e 2º graus, da rede estadual de ensino, quando estas tiverem mais de 200 alunos. Infelizmente a exigência legal não está sendo cumprida, apesar da sua indiscutível necessidade".(10)

"Ora, se a lei estabeleceu que as bibliotecas fossem instituídas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, não se compreende e muito menos se admite a omissão do governo estadual".(10) E, nós acrescentamos: e os trabalhos de base a serem elaborados pelos órgãos da Classe?

Ainda assim, São Paulo possui alguma norma sobre o assunto. E as demais regiões? Não seria o caso de termos uma legislação em âmbito nacional como diretriz básica? E, conseqüentemente, normas paralelas em cada região, salvaguardando as peculiaridades de cada um?

Nos Estados Unidos, temos a "American Association of School Libraries" que cuida de tornar realidade normas legais sobre biblioteca escolar.

3.4 *Bibliotecas Universitárias*

Conforme INDICAÇÃO do CFE, nº 20, de 8 de outubro de 1968,(7) nos processos de autorização e reconhecimento de escolas superiores ou de universidades devem ser objetivamente consideradas as condições de suas bibliotecas. Esse mesmo documento diz que "a biblioteca constitui a peça *central* de uma escola. Mesmo antes de a escola existir, pode existir a biblioteca. Por sua natureza um núcleo de estudos, tem sido, em casos raros porém altamente expressivos, o ponto de partida de escolas e universidades. Isso porque a dinâmica de uma biblioteca se enriquece dia a dia: é, ao mesmo tempo, uma fonte de bibliografia e uma instituição de consulta e pesquisa. Habitualmente promove cursos, conferências, exposições, seminários, publicações. Ao acervo de livros, outros departamentos se juntam, como os de revistas, os de gravura, os de dispositivos, a discoteca e a filmoteca. Enfim, todos os veículos em que a cultura se perpetua, e através dos quais pode ser definida. Por vezes, a biblioteca inteligentemente dinamizada vale tanto ou mais que uma escola. Impõe-se, pois, considerar a biblioteca como exigência *preliminar* à existência de qualquer escola". E, ainda diz que "a organização, as instalações específicas, a relação entre estas e o número de alunos e mestres, a bibliografia geral, as bibliografias especializadas, os técnicos e funcionários hão de ser considerados na apreciação de autorizações e reconhecimentos no tocante às bibliotecas".

3.5 *Bibliotecas Especializadas ou de Empresas*

Nice Figueiredo,(12) em artigo publicado, diz que: "as bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais. Distingüem-se também pelos tipos de pessoas de que são servidas: pessoas associadas às organizações mantenedoras e que têm interesses e habilidades especiais".

Não podemos deixar de citar, também, Antonio Miranda(15) quando diz que: "o objetivo da Biblioteca de empresa é de capacitar o indivíduo para que ele, bem informado, acompanhe a evolução tecnológica e científica e garanta, para a empresa, rendimento e *produtividade* em termos de qualidade e efetividade profissionais".

Segundo os conceitos de biblioteca especializada preconizados por Nice Figueiredo e Antonio Miranda, deveríamos ter normas específicas sobre definição, características, funções e objetivos desse tipo de biblioteca, a exemplo do que acontece com a Special Libraries Association quando descreve os objetivos da biblioteca especializada.

3.6 *Deliberação do Conselho Federal de Biblioteconomia*

Voltando ao início da nossa indagação, nesse comentário "Definição de Bibliotecas": poderíamos aplicar a toda essa heterogeneidade de situações o mesmo critério? — ou, mesmo, identificar a todas sob a mesma denominação, no seu sentido legal? — ou, ainda, fazer as mesmas exigências a todas elas? Acreditamos que não.

Essa dificuldade existe na Lei 4084/62, pois, o termo "biblioteca", no texto legal, é carente de definição. Caberia, pelo menos, distingir entre uma biblioteca como entidade autônoma e outra que é, apenas, uma coleção de textos para consulta, servindo em caráter suplementar a uma atividade principal. Mesmo no primeiro caso, um biblioteca que seja, em si mesma, uma entidade, pode ser tão modesta que não se concebe exigir à sua administração um profissional qualificado.

A perfeita interpretação da regra contida nas alíneas "c" e "d", do art. 6º, conforme redação da Lei 4082/62, exige atenção ao conceito de "bibliotecas" e de "serviços de documentação". Essa cautela se impõe porque os vocábulos são mencionados em todas as disposições legais existentes, como referência às diretrizes para a fixação de exigências e qualificação profissional.

Daí, chegamos à conclusão de que o dispositivo acima mencionado não é auto-aplicável, sendo ao contrário, carente de regulamentação ou intepretação que tenha validade normativa. Ora, a própria Lei 4084 consigna, na alínea "f", do seu art. 15, como atribuição do Conselho Federal de Biblioteconomia, a de "expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e exceção da presente Lei". Podemos citar, como exemplo, o final do art. 3º da Lei 4084, que oferece um caso de exceção à regra geral contida no art. 2º, que exige a formação técnica específica para o exercício da profissão de Bibliotecário. Essa exceção se refere aos casos dos "atuais ocupantes efetivos" da função de Bibliotecário e Documentarista na época da promulgação da Lei 4084. Co-

mo essa disposição compreendendo a norma de exceção não está muito clara, o Conselho Federal de Biblioteconomia solicitou a especialista no assunto, um parecer técnico-jurídico(14) sobre a interpretação da mesma. Esse parecer teve como resultado a Resolução do CFB nº 131, de 21 de outubro de 1975,(5) que interpretou e definiu o campo de aplicação do art. 3º da Lei mencionada e que deu solução aos processos referentes à questão.

Por que os Conselhos não continuam a adotar o mesmo critério, uma vez que a própria Lei manda?

Àquele órgão cabe, portanto, não a outro qualquer, persistindo a omissão regulamentadora do Poder Executivo, deliberar sobre o âmbito exato de aplicação da regra, não somente por ser esta lacônica, senão, também, por ser absolutamente impreciso o seu objeto.

4 CONCLUSÃO

Movimentam-se os bacharéis em Biblioteconomia para discutir a questão do Mercado de Trabalho do Bibliotecário. Muito se tem dito a respeito. Quase tudo é lógico e pertinente à matéria. As soluções apontadas, se praticadas, não deixariam de melhorar, de alguma forma, a situação. Contudo, à evidência, as análises não aprofundam o tema, até o desejável. E, as saídas apontadas são parciais, portanto, insuficientes.

E, em primeiro lugar, vêm as graves seqüelas que o arbítrio deixou em nosso ordenamento jurídico, a partir da Lei 4084/62 que com o decorrer do tempo (20 anos), sem sequer sofrer as naturais modificações de redação, tornou-se ultrapassada, permitindo que determinadas soluções fossem encontradas fora das normas regulamentadoras da profissão.

Outra questão importante é a da prevalência de atos emanados por órgãos diretivos. Onde estão as Resoluções dos Conselhos Federal e Regionais que deveriam suprir as lacunas existentes e interpretar o que não está claro? Esquecem esses Órgãos que os atos normativos por eles baixados têm força de lei quando suprem ou interpretam os claros de uma lei maior?

Apesar de estarmos com uma legislação omissa e que, apesar de insuficiente, o pouco que existe, ainda é inadequado, não devemos, contudo, perder o ânimo de lutar pelo que de direito nos pertence.

Do quadro singelamente traçado, decorre que o reencontro do profissional de Biblioteconomia com seu mercado real de trabalho depende de mudanças estruturais, mais do que simples medidas corretivas da conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 4084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula o seu exercício. *Diário Oficial*, Brasília, 2 jul. 1962. Seção I, Parte I.

2 BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei 4084, de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. *Diário Oficial*, Brasília, 19 ago. 1965. Seção I, Parte I.

3 BRASIL. Consultoria Geral da República. Parecer 382-H, de 18 de agosto de 1966. A Lei 4084/62, não tornou privativo dos bacharéis em Biblioteconomia as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles que tenham a qualificação de que trata a referida Lei. *Diário Oficial*, Brasília, 8 set. 1966. Seção I, Parte I. (Observação: este parecer foi aprovado pela Presidência da República, em 2 de setembro de 1966 e encaminhado ao DASP em 8 de setembro de 1966.)

4 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Anteprojeto de reforma da Lei 4084 de 30 de junho de 1962. Brasília, 1978.

5 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução 131, de 21 de outubro de 1975. Interpretação e definição do campo de aplicação ao art. 3º da Lei Federal 4084/62. *Diário Oficial*, Brasília, 21 nov. 1975. Seção I, Parte II, p. 4288.

6 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Comissão de Legislação e Normas. Parecer de 18 de agosto de 1971. Exigência de Bibliotecário profissional para as bibliotecas dos estabelecimentos de ensino.

7 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Indicação 20, de 8 de outubro de 1968. Constituição das Bibliotecas nos processos de autorização e reconhecimento de escolas superiores ou de universidades. FEBAB. Boletim. São Paulo, *19*(5/6):58-63, maio/jun. 1969.

8 DIREÇÃO de biblioteca. *Diário Popular*, São Paulo, 16 abr. 1979.

9 DURO, Yvette Zietlow. Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil. *R.bras.Bibliotecon.Doc.*, São Paulo, *12*(3/4):211-222, jul./dez. 1979.

10 ESCOLAS sem bibliotecas. *O Estado de São Paulo*, 4 out. 1981.

11 FEDERAÇÃO INTERNACIONAL de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS. Seção de Bibliotecas Públicas. Normas para bibliotecas públicas; trad. de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Quirón, Brasília, INL, 1976.

12 FIGUEIREDO, Nice. Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão da literatura. *R.bras.Bibliotecon.Doc.*, São Paulo, *11*(3/4):155-168, jul./dez. 1978.

13 GUSMÃO, Paulo Dourado. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo, Forense, 1976.

14 LACERDA, Paulo Rubens de Moraes. Parecer s.n., de 21 de abril de 1975. Bibliotecário — Exercício regular da profissão — A regra de exceção contida no art. 3º da Lei Federal 4084/62: como interpretá-la e definir seu campo de aplicação. (Observação: não foi publicado. Este parecer foi oferecido ao CFB e uma vez aprovado pelo Plenário do Conselho foi transformado na Resolução CFB-131/75.

15 MIRANDA, Antonio. Informação na empresa: o papel da biblioteca. *R.bras.Bibliotecon.Doc.*, São Paulo, *12*(1/2):67-88, jan./jun. 1979.

16 OLIVEIRA, Tereza da Silva Freitas. A biblioteca escolar no Regimento Comum das Escolas de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo. *R.bras.Bibliotecon.Doc.*, São Paulo, *12*(3/4): 231-238, jul./dez. 1979.

17 SÃO PAULO (estado). Leis, decretos, etc. Decreto 10.623, de 26 de outubro de 1977. Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau. *Diário Oficial do Estado* São Paulo, 27 out. 1977.

18 SÃO PAULO (estado). Leis, decretos, etc. Decreto 11.625, de 23 de maior de 1978. Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 24 mai. 1978.

19 SÃO PAULO (estado). Leis, decretos, etc. Decreto 5.771, de 4 de março de 1975. Fixa a estrutura básica das escolas de 1º e 2º graus e regulamenta os artigos 11, 12 e 13 da Lei Complementar 114, de 13 de novembro de 1974. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 5 mar. 1975.

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

HAGAR ESPANHA GOMES*

A informação não tem sido considerada, até o momento, pelas autoridades competentes, como um recurso verdadeiramente indispensável ao bem-estar da sociedade. E os profissionais da informação não têm procurado saber das comunidades que atuam na Ciência ou na Tecnologia que problemas elas enfrentam para obter ou para comunicar informação.

Informação científica, ou *Informação científica e tecnológica* — ICT, são expressões utilizadas como sinônimo de "documentação científica". O emprego dessas expressões no Brasil se deve a diferentes influências. O termo "documentação" tem sido utilizado, neste contexto, por influência da Federação Internacional de Documentação — FID — que o definia como "a coleta, o tratamento e a disseminação de documentos de toda a espécie". Já o termo "informação" foi empregado por influência da literatura norte-americana que utiliza a expressão "information service" para designar as atividades de "documentação" conforme definido pela FID. Contribuiu, também, para a fixação do termo "informação" com esse significado, o programa das organizações internacionais como o da UNESCO — o *World System for Information on Science and Technology* (UNISIST), o da FAO — *Agricultural Information System* (AGRIS), e o da Agência Internacional de Energia Atômica, que é o *International Nuclear Information System* (INIS); estes programas privilegiam o uso de computadores e telecomunicações nas atividades de ICT e refletem apenas, o interesse dos países desenvolvidos, isto é, países que se vêem às voltas com uma imensa massa de documentos e que necessitam de uma sofisticada tecnologia para processá-los e colocá-los à disposição da comunidade científica. De tal sorte esta tecnologia é relevante que a expressão "sistema de informação" se tornou ambígua: tanto pode significar um serviço de informação considerado do ponto de vista sistêmico, como uma rede física de serviços. Assim, a mesma expressão é "sentida" de maneira diferente por analistas de sistemas e por documentalistas e bibliotecários que atuam na área de ICT. Esta ambigüidade, num certo momento, foi perigosa e, até poderíamos dizer, desastrosa, na medida em que não permitiu adequada comunicação entre analistas de sistemas e bibliotecários.

E é sobre o uso de computadores em serviços de informação/documentação, iniciado no Brasil no fim dos anos sessenta, que devemos refletir a fim de evitarmos, nessa sociedade em rápidas mudanças, novos erros.

Em primeiro lugar temos que assumir que, nesta área, como em tantas outras, importamos tecnologia sem o necessário estudo sobre sua adequação. E temos que aceitar, também, que, uma vez importadas, não temos mais como nos livrarmos delas, pelo contrário, até certo ponto, é menos danoso procurarmos explorá-las; e devemos fazê-lo, em nosso favor.

COMPUTADORES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Os países desenvolvidos buscaram a tecnologia do computador numa tentativa de resolver seus problemas de informação que os processos convencionais — inicialmente manuais e depois semi-mecânicos — já não atendiam.

Os primeiros estudos para uso do computador em ICT tiveram início logo após a 2ª Guerra Mundial. Esta tecnologia, usada com sucesso nas operações de guerra e envolvimento milhares de profissionais, precisava encontrar um novo mercado e outras aplicações foram buscadas.

Até então os grandes problemas da documentação eram a classificação, vista como um instrumento auxiliar de organização do trabalho intelectual, a organização bibliográfica (a nível nacional e internacional) e o acesso físico aos documentos.

A classificação, como instrumento para recuperação de informação, foi uma preocupação essencialmente européia. Nos Estados Unidos ela foi utilizada principalmente para organizar livros em bibliotecas, isto é, para definir um lugar na estante. Nesse país a tradição, em termos de recuperação de informação, se firmou no uso de palavras, e não em índices de classificação, sendo bastante populares os índices alfabéticos. Dentro dessa tradição surgiria o sistema Unitermo, os "descriptors" e outros. Esse costume talvez explique o uso do computador para recuperar palavras da linguagem natural (os títulos dos trabalhos, de início, os resumos, posteriormente, e hoje em dia, textos inteiros) e não índices de classificação. Desta forma, o tratamento da informação passou a ser encarado como um processo apenas mecânico, o que explica, ainda, a visão mecanicista no novo campo do conhecimento, a chamada Ciência da Informação, que exclui o aspecto semântico da informação e abandona as atividades relacionadas com a classificação, a organização de linguagens de indexação, etc., processos intelectuais todos eles. Até hoje é grande a concentração dos estudos nos problemas da recuperação da informação oriundos da linguagem natural.

No Brasil, o emprego dos computadores nas atividades de ICT não veio atender a uma necessidade. Como em tantas outras áreas, foi uma tecnologia importada, imposta de cima para baixo. E veio com a experiência dos norte-americanos. Os analistas brasileiros, treinados pelas grandes empresas fabricantes de computadores e que já haviam instalado aqui seus equipamentos para uso em outras atividades, foram os principais agentes na venda dos "pacotes" daquelas empresas. Nos primeiros anos podemos, talvez, afirmar que nenhum serviço começou a ser desenvolvido de outra maneira.

Com a introdução dos computadores os acervos, que sofriam do mal crônico de insuficiência de verbas para seu crescimento, ficaram relegados ainda mais a segundo plano porquanto a manutenção dos equipamentos e dos salários dos analistas consumiam o orçamento. Apesar de não ser chegada a sua hora, os computadores tinham vindo para ficar.

De um modo geral, as primeiras tentativas foram mal concebidas. O computador não foi

* **Professora de Biblioteconomia e membro do IBICT, Rio de Janeiro.**

devidamente explorado do ponto de vista da recuperação, o que poderia ter se constituído na grande contribuição. A automação dos serviços não foi precedida de um estudo que recomendasse ou não o seu uso, pelo contrário, em muitos casos não havia recursos para manter os serviços a um nível adequado pelos meios convencionais, mas não faltou verba para a automação. Os administradores, que faltavam com o apoio necessário aos serviços tradicionais de informação, deram toda a ajuda financeira para cobrir os gastos com computação. Dentro desse quadro foi freqüente a compra de computadores para organizações cujo porte não justificava a aquisição de tal equipamento.

Muito contribuiram para esse estado de coisas as agências financiadoras, vítimas, também, dos tecnocratas que privilegiaram os projetos de altos custos e, ao que sabemos, não responsabilizaram os executores que deixavam de alcançar os objetivos.

Mas também não podemos afirmar que eles foram culpados sozinhos: bibliotecários e analistas tiveram, também, sua parcela de responsabilidade ou de falta de responsabilidade no pouco sucesso desses empreendimentos. Cada um conhecia um pouco a sua parte mas não a do outro. Nesse período a tônica foi a desconfiança entre ambos e, com isso, não se formaram equipes capazes de um bom trabalho e muito esforço e dinheiro se perdeu. Um levantamento completo dos serviços efetivamente em operação talvez mostrasse que, para tanto dinheiro, afinal, o que restou foi muito pouco.

Os primeiros esforços se concentraram, como era de se esperar, em uso de pacotes que utilizavam a linguagem natural. Sem conhecer as bases teóricas da recuperação os analistas pouco ou nada exploraram do material bibliográfico que tinham à sua disposição. As dificuldades maiores ficaram naqueles serviços cujas coleções eram multidisciplinares e cuja linguagem apresentava, por isso mesmo, ambigüidade. Esses serviços até hoje apresentam sérios problemas de recuperação.

A participação nos sistemas internacionais de informação se deu em menor escala. Nestes casos as dificuldades enfrentadas não foram tão agudas porquanto tais sistemas ofereciam assistência técnica, mas também não observamos grande desenvolvimento uma vez que os sistemas vêm concebidos de fora e não permitem alteração. Resta, para serem desenvolvidos aqui, o estudo dos perfis — no caso de DSI — e os programas de recuperação, mas não de estruturação de thesauri. É importante ressaltar que os sistemas internacionais utilizam vocabulário controlado e não linguagem natural para recuperação, pois aquele é o instrumento indispensável para permitir a participação de países de diversas línguas.

Nos últimos cinco anos a febre de aquisição de bases de dados atingiu os tecnocratas. Falando em termos bastante simples, as bases de dados bibliográficos são os índices/resumos bibliográficos computadorizados.

As bibliotecas tiveram, quase sempre, dificuldades em manter suas coleções de obras de referência atualizadas, especialmente os índices e resumos bibliográficos. Fazer novas assinaturas tem sido, até hoje, muito difícil. Apesar disso, muito recurso foi colocado para a compra das bases de dados bibliográficos, igualmente sem qualquer estudo prévio. E as instituições favorecidas nem sempre foram aquelas onde se encontra o pesquisador, como era de se supor, uma vez que ele é o usuário por excelência dessas fontes de informação. Não. Organizações politicamente fortes receberam essas bases nem sempre convenientemente exploradas, e, por vezes, com um potencial de usuários que não justificava os gastos com sua aquisição e operação. Apesar disso, foram compradas e, ao que tudo indica, ainda continuarão por muito tempo.

Neste processo desordenado já ocorreu a compra de uma base de dados bibliográficos destinada a pesquisadores e que, entretanto, fornece serviço de disseminação de informação a engenheiros que atuam no setor de operações. A correlação entre a natureza da informação da base de dados e o tipo de usuário simplesmente deixou de ser considerada à época em que a base foi adquirida ou no momento em que se definiu (definiu?) a clientela.

Outro aspecto que os tecnocratas deixaram de considerar foi o acesso físico aos documentos, e este foi um ponto crítico nos anos setenta. Mais crítico, talvez, do que em qualquer outra época. Administradores e analistas, subjugados pelo poder que atribuíam à máquina, passaram a minimizar o documento e, como conseqüência, a biblioteca. Jamais biblioteca e bibliotecários estiveram tão desprestigiados.

Situação atual

Até aqui procuramos registrar alguns aspectos da introdução, no Brasil, do computador nas atividades de ICT. Algum desenvolvimento foi conseguido e, no momento, estimula-se a criação de agências privadas com o objetivo de desenvolver *software* nacional.

As atividades de informação científica, propriamente dita, se desenvolveram menos do que se poderia desejar. Em muitos casos por falta de profissionais competentes, de ambos os lados. Mas, também, por falta de estímulo da sociedade, isto é, a necessidade de informação dos vários segmentos da sociedade deveria se constituir em um grupo de pressão que levasse as pessoas envolvidas nas atividades de ICT a buscar soluções para atender àquela demanda.

No primeiro caso — a incompetência dos profissionais — poderíamos supor que, sendo a biblioteconomia uma profissão predominantemente composta de mulheres, a passividade caracteriza a atuação dos profissionais. A grande maioria não trabalha para fazer carreira mas para ocupar o tempo e, ocasionalmente, contribuir para melhorar o orçamento familiar. É muito comum nos depararmos com profissionais preocupados em fazer um trabalho perfeito, muito certo, muito limpo, mas infelizmente, perdendo prazo e perdendo pontos com os usuários. Tais profissionais se assustam quando um administrador chega exigindo resultados e cobrando prazos. Por formação ou por tradição os bibliotecários dificilmente querem fazer trabalhos com imperfeições e os resultados, via de regra, têm sido ruins porque os homens de máquina — que não conhecem o *métier* — fazem alguma coisa, embora com muitos erros.

Em relação aos analistas sabemos que, à época, não tinham uma preparação adequada e desconheciam toda a problemática da ICT. Mas, ao contrário dos bibliotecários, tinham uma atitude agressiva e talvez até mesmo acreditassem que o computador resolveria todos os problemas da ICT. Provavelmente estariam contaminados pela euforia do "milagre". Além disso, sua chegada numa época que não permitia questionamentos favoreceu a introdução do computador, a qualquer preço, nas atividades de ICT. Atualmente, tecnólogos e engenheiros de sistemas começam a participar, também, dos programas de automação e de processamento eletrônico do ICT e isso deverá se refletir na eficácia dos serviços.

Quanto à falta de demanda, o problema é mais sério. O modelo de desenvolvimento brasileiro não privilegia o uso do conhecimento científico. A formação do pessoal de nível superior é teórica, as instalações dos cursos de ciência e tecnologia são inadequadas na maioria das escolas superiores: os laboratórios são deficientes e as bibliotecas não têm recursos para se manterem atualizadas. Falta infra-estrutura de informação para manter atualizados os milhares de profissionais que saem semestralmente das universidades. Existe, na maioria dos casos, o acesso à informação do estrangeiro que atinge somente a uma elite, que, por sua vez, acaba publicando no exterior, onde estão seus pares. E forma-se um círculo vicioso: o pesquisador se comunica com seus colegas no exterior por falta de uma comunidade em sua área de atuação, no País; e esta não se forma, por falta de acesso à informação.

Estes aspectos e muitos outros poderiam ser alinhados para explicar a falta de uso dos serviços de ICT/bibliotecas especializadas.

Perspectivas

A informação não tem sido considerada, até o momento, pelas autoridades competentes, como um recurso verdadeiramente indispensável ao bem estar da sociedade. E os profissionais da informação não têm procurado saber das comunidades que atuam na Ciência ou na Tecnologia que problemas elas enfrentam para obter ou para comunicar informação. Os profissionais da informação e da informática têm, em suas mãos, oportunidade de identificar as áreas em que a ICT é importante e tentar criar a demanda onde não houver esta consciência.

Poderíamos especular sobre a formação dos futuros profissionais mas isso seria inócuo. Acreditamos que, para um trabalho realmente útil no futuro, temos que estar abertos ao desafio das novas solicitações.

Temos que mudar o perfil do profissional de biblioteconomia, o qual deve se preocupar mais com resultados; não deve ter medo de colocar seus pontos de vista e defendê-los quando necessário. O novo profissional deverá acreditar que é possível fazer carreira na profissão. A presença maior de elementos masculinos — que deve ser buscada — pode ajudar.

Nossa experiência tem mostrado que é preciso trabalhar em equipe, interagir com os homens de máquina, em vez de ficar questionando quem é e quem não é bibliotecário nesta ou naquela atividade.

Se continuarmos com nossa atitude passiva vamos deixar que se perpetue a situação de hoje, que é a de estarmos a serviço da máquina e não o contrário.

BIBLIOTECA ESCOLAR

MARLENE SOUZA SANTOS*
LÉA FISS CARMONA**

Os fatores que comprometem a biblioteca escolar brasileira em seus propósitos mínimos são gerados pelo sistema mais amplo do ensino. Uma atenção maior do Estado poderia minorar essas deficiências.

Ao iniciarmos qualquer discussão sobre este tema, é impossível fugir a um problema básico: como falar a respeito de bibliotecas escolares em um país onde, na maioria das regiões, faltam as próprias escolas? E como pensar em pesquisa na biblioteca escolar, se *leitura* chega quase a ser um palavrão no repertório do brasileiro? Os temas BIBLIOTECA, ESCOLA, PESQUISA, LEITURA, são verdadeiros oásis no deserto da Educação brasileira. Isto, entretanto, não é novidade. Assim como dizer que o brasileiro não lê, ou, quando o faz, lê mal, sem compreender e assimilar metade das informações. Também é repetitivo dizer que grande parte das bibliotecas públicas (quando existem) são freqüentadas por estudantes de 1º e 2º graus, suprindo assim a falta de bibliotecas escolares.

> É mais do que sabido que são os estudantes, principalmente os de ensino fundamental, o mais representativo grupo de usuários da biblioteca pública. Estudos realizados mostram que eles correspondem a cerca de 90% do total de freqüentadores da biblioteca. Este fato não é, em si mesmo, negativo ou contraproducente. Reflete determinadas características da realidade social e de como objetivos atribuídos à biblioteca, transplantados de uma outra cultura para o meio brasileiro, são negados ou alterados pela própria prática social.[1]

A situação, porém, continua; logo, as repetições também.

Nosso propósito, neste breve trabalho, será, portanto, levantar alguns problemas centrais relativos à biblioteca escolar atual, bem como apontar algumas sugestões de soluções. Mais uma vez, é preciso salientar, a teoria distancia-se da prática, esta sim fonte real de mudanças.

Escrevem-se páginas sobre a avalanche de informação que soterra o homem em todos os momentos de sua vida. Teorizam sobre a informação, medem-na, dissecam-na, enfim, é um verdadeiro objeto de laboratório. No entanto, o que se percebe é que o problema não está exatamente na informação, e sim em quem dela precisa e se utiliza. Na biblioteca, o usuário. Na biblioteca escolar, o estudante de 1º e 2º graus.

Na maioria das vezes, ele tem dificuldade em encontrar o que procura, porque não sabe realmente o que deseja. Se orientado, encontra o material, mas não sabe trabalhar convenientemente com ele. O objeto da leitura tanto pode ser para lazer, como para estudo. No caso da leitura de lazer, a busca e a obtenção são relativamente fáceis, desde que haja interesse. Neste caso, o problema básico é a falta de motivação. Quando para estudo, a situação se modifica. "O estudo não é, como ao tempo dos gregos antigos, encarado como algo que por si mesmo possa satisfazer um coração, na medida em que serve de instrumento ao homem para seu progresso e o conhecimento a partir de si mesmo. Passa a ter um valor, a partir do momento que atende a uma expectativa externa de motivação materialista e de luta por melhoria da condição social do indivíduo. A motivação é de fora para dentro, não de dentro para fora".[2] Mas ainda falta a motivação. É o grande drama da pesquisa em que, das escolas às universidades, o leitor se limita a copiar trechos nem sempre apropriados, ou, às vezes, toda a informação das fontes sem digeri-la e reelaborá-la para um objetivo definido. Na prática diária, os alunos chegam à biblioteca como a um labirinto insondável. Quando se aproximam do bibliotecário (os mais corajosos), querem sempre material de letra grande, linguagem fácil e na medida certa do número de páginas do trabalho a ser entregue. É mais do que sabido que a maioria dos alunos brasileiros está a fim de nota e passar de ano, não de aprender. "Os estudantes, disciplinada e mecanicamente, copiam de esfrangalhadas enciclopédias as suas 'pesquisas', com indicador esquerdo percorrendo as linhas do texto enquanto a direita transcreve os passos considerados relevantes. Mãos e braços movem-se com a articulação de um pantógrafo. As mentes estão distantes".[3]

Será, entretanto, o aluno o único vilão da história?

Se o professor solicita temas de trabalho, não teria, também, a responsabilidade de orientar como fazer esses trabalhos, sugerindo fontes possíveis para a pesquisa e, principalmente, explicando que informação é meio e não fim?

O que vale, mesmo em trabalhos de nível primário e secundário, são as idéias surgidas *a partir* da informação. É a tão discutida *criatividade* do aluno e também do professor que normalmente limita-se a títulos de trabalhos fazendo com que o estudante venha para a biblioteca esperando encontrar material pronto com o mesmo título. Se, por acaso, algum aluno mais interessado volta ao professor pedindo-lhe sugestões bibliográficas, ou ele se esquiva para não dar "a dica", ou simplesmente livros de texto, quando não, enciclopédias genéricas. "Como insistir num método de ensino que se baseia na memorização para o acúmulo inútil de dados? O ato de estudar guarda em si o segredo de insuspeitadas revelações para o espírito humano, mas seu valor não pode ser descoberto enquanto estudar for sinônimo de acumular e aprender, para simplesmente estar apto ao bom exercício de uma profissão, independentemente das responsabilidades morais e sociais envolvidas".[4]

Outro grande "pecado capital" dos professores quanto a trabalhos, refere-se à *quantidade* de folhas exigidas, sempre em prejuízo da *qualidade* dos textos apresentados. Trabalhos enormes ou simplesmente "bonitinhos" escondem, muitas vezes, o que se chama "encher lingüiça".

Como coadjuvante no drama da pesquisa, entra em cena o bibliotecário ou deveria entrar de acordo com Decreto-lei nº 7.709, de 18 de março de 1976: toda escola que mantém um mínimo de 20 classes tem que ter um bibliotecário.[5] Em algumas bibliotecas escolares será ele mesmo, ou um atendente sem a devida qualificação profissional? "É muito sério você colocar pessoas inadequadas para realizar um determinado trabalho — diz a professora Nina de Melo. Como professora, considero a biblioteca essencial na vida do aluno, e ela deve ser coordenada pela pessoa certa, a bibliotecária, que estudou para isso".[6]

Seu papel, dependendo de como atua, pode ser o de vilão, prejudicando a pesquisa, ainda que inconsciente disso. Por preguiça, falta de estímulo ou baixos salários, limita-se a indicar os catálogos que nem todos sabem utilizar. Por outro lado, há também uma falta de entrosamento bibliotecário-professor. Neste caso, a pessoa que atende indica uma linha diferente na pesquisa ou limita-se a dizer que não dispõe do assunto procurado.

No outro extremo da questão, encontramos alguém que literalmente afoga o estudante de

* Bibliotecária-chefe da Biblioteca do Colégio Rio Branco — São Paulo. Professora de Biblioteconomia.
** Bibliotecária do Colégio Rio Branco — São Paulo.

informações, deixando-o perdido e assustado, afugentando-o, às vezes, para sempre, da biblioteca. Por isso, é fundamental o conhecimento do usuário na sua totalidade (faixa etária e sócio-econômica, escolaridade, etc.).

A biblioteca não pode contar no seu quadro de funcionários com enciclopédias-ambulantes, mas é preciso que os profissionais junto ao público tenham *noções básicas das matérias solicitadas pelos estudantes*, para melhor orientá-los, além de seu *conhecimento técnico específico*.

No drama da pesquisa e da biblioteca, há também bastidores fervilhantes, onde artistas influentes atuam decidindo o grande final: são os pais, a família, que, por seu exemplo cotidiano no hábito da leitura, serviriam de modelo e estímulo. No entanto, a realidade é diferente. Os pais, a família, são os que primeiro desestimulam o hábito de leitura e o uso de bibliotecas. Em contrapartida, pais pseudo-zelosos que supervalorizam notas, prejudicam seriamente os filhos fazendo trabalhos *por*, ao invés de *com* eles.

Como cenário para o drama da pesquisa, acervos impróprios, muitas vezes em mau estado de conservação (para não dizer, literalmente, caindo aos pedaços), comprometem de pronto uma biblioteca escolar. Para minimizar isto, só uma verba adequada, o que raramente acontece, até mesmo para a criação ou fase inicial da biblioteca. Um ponto de apoio, para quem se propõe iniciar ou desenvolver uma biblioteca escolar, são as instituições, quase sempre governamentais, que oferecem material bibliográfico gratuito ou por preço abaixo do custo. Esta seria a solução, se não fossem as medidas incompreensíveis que gradativamente vão exterminando serviços deste teor, como o exemplo recentemente citado nos principais jornais brasileiros sobre a extinção dos serviços dos postos da Fename (Fundação Nacional de Material Escolar do MEC) em São Paulo e Belo Horizonte. Para muitos a biblioteca dentro da escola é um acessório de luxo, até um supérfluo.

Na teoria, a realidade nacional aparece de maneira diferente, similar, apenas no papel, às bibliotecas escolares estrangeiras. Já em 1927, Lorenzo Luzuriaga afirmava que "as bibliotecas escolares constituem uma das instituições essenciais da escola. Consideradas no princípio como mero complemento da vida escolar, como um apêndice desta, até chegar a ser reconhecidas como parte integrante da própria escola. Em muitos países é obrigatório a criação de uma biblioteca própria para cada escola. E na realidade a quase totalidade das escolas européias e norte-americanas possuem uma".[7]

Propostas suntuosas de dinamização do hábito de leitura, orientação bibliográfica personalizada e outros mais não vêm ao encontro do nosso dia a dia, conforme comprovam solicitações freqüentes de pessoas bem intencionadas, raramente bibliotecários formados, que pretendem criar ou levar adiante bibliotecas escolares. Isto porque as propostas teóricas estão muito além das humildes solicitações que ocorrem de norte a sul do país, como podem exemplificar trechos de correspondência recebida.[8]

"... possuímos uma biblioteca que tem necessidade de melhor organização. No entanto estamos impossibilitados de fazê-lo devido à falta de conhecimentos. Para tanto, solicitamos sua colaboração..."

"... nosso colégio possui um paupérrimo acervo de obras anteriores a 1971. Estamos em um município carente social, econômica e culturalmente. Assim não podemos obter verba. Agradeceria muitíssimo se nos orientasse na organização e na aquisição gratuita de livros de referência, didáticos e literários..."

"... solicitamos informações detalhadas sobre organização, registro e maneiras de melhorar qualitativamente e quantitativamente nossa biblioteca escolar..."

"... para melhoria do funcionamento e da biblioteca de nossa escola solicito sua contribuição enviando-me informações sobre:

— Biblioteca em geral
— Sugestão de promoções culturais
— Formação de acervo
— Endereços de todas as editoras, entidades e empresas que fazem doações de livros e revistas
— Critério de seleção de livros
— Sugestões de listas de livros com editoras e endereços (livros didáticos e de literatura infantil)..."

Seria monótono pela repetição das necessidades e pelo caráter dos pedidos que envolvem quase um curso de biblioteconomia por correspondência, continuar citando trechos de correspondência.

Apesar do teor dos pedidos, percebemos o valor da imensa boa vontade de cada uma das pessoas que se propõe a incentivar e disseminar o uso da biblioteca escolar. Ao mesmo tempo fica presente a pobreza cultural que ocorre nos mais diferentes pontos do país.

Felizmente, algumas localidades possuem além de excelentes bibliotecas públicas, algumas bibliotecas escolares, que suprem boa parte da necessidade da região. São casos em que a realidade se aproxima cada dia mais dos sonhos teóricos.

Há bibliotecas escolares com caráter de verdadeiros centros de informação dispondo de vários tipos de documentos, disseminando o hábito da leitura. O acervo destas bibliotecas, com material impresso (obras didáticas, de referência, periódicos, etc.), é acrescido de materiais audiovisuais, complemento necessário a um ensino dinâmico atuante. Detalhes sobre biblioteca escolar e pública infanto-juvenil estão exemplificados no Boletim Informativo do Conselho Regional de Biblioteconomia[9] e no artigo "Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil" de Yvette Zietlow Duro.[10]

Um acervo diversificado exige também um *bibliotecário* dinâmico e atuante que, por meio de entrosamento com os professores, consiga fazer da biblioteca um elemento vital na didática do ensino.

É fundamental neste caso a preparação (doutrinação mesmo) do usuário de biblioteca desde a mais tenra idade. E que seja de uma forma lúdica, atraente, que faça a criança freqüentar a biblioteca de maneira natural, habituando-a espontaneamente a ler e utilizar fontes de informação.

Recursos recomendados para crianças das primeiras séries do 1º grau como hora do conto, concursos, aulas de bibliotecas, dramatizações, entrevistas com escritores, tudo isto com liberdade de movimento e atuação independente da criança, agem como catalizadores dentro da biblioteca escolar.

Ainda no 1º grau, mais adiante, o adolescente recebe um atendimento personalizado seja para leitura de lazer ou pesquisa bibliográfica. Constata-se nesta faixa etária um desinteresse maior pelo material impresso; um quase desprezo pelo livro face aos mais atraentes apelos de outros meios de comunicação. Assim, na medida do possível (e da verba), inverte-se a situação, aproveitando-se os meios de comunicação atraentes para conservar o usuário conquistado na primeira infância. Aquele mesmo usuário que não gosta de ler continua vindo à biblioteca interessado em discos, fitas, filmes, jornais, revistas esportivas, etc...

A partir do 2º grau faz-se necessário um trabalho mais completo de orientação bibliográfica ao estudante, visando à formação do futuro usuário da biblioteca universitária. Seguindo os padrões da orientação dada neste tipo de biblioteca deve-se adaptar de forma simplificada o mesmo sistema.

Esta é a ocasião propícia para que o professor solicite trabalhos de pesquisa dentro de padrões, conforme as normas estabelecidas. O mínimo a ser exigido, nas primeiras séries do 2º grau, é a indicação de bibliografia utilizada. Aí acontece um entrosamento maior entre professor e bibliotecário, a fim de orientar o estudante na execução de seus trabalhos.

Gradativamente o aluno começa a freqüentar e sentir a biblioteca, na sua função real como parte integrante de sua vida escolar.

Descobrindo o potencial informativo da biblioteca, e conseqüentemente o potencial de sua própria criatividade, passa a sentir, aos poucos, que "estudar é investigar. Estudar, investigar o mundo e o 'eu'. O ato de estudar, quando representa uma escolha, transforma-se na vida que poderá levar o viajante ao conhecimento, por um processo de constante mutação".[11]

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1 **BRIQUET de LEMOS, Antônio Agenor. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, **São Paulo, 12 (3/4): 203-10, jul/dez. 1979.**

2 **ALFAYA, Ricardo. Estudar; para poucos um prazer, para muitos um castigo.** Perspectiva Universitária, 11 nov. 1981.

3 **BRIQUET de LEMOS, Antônio Agenor. A biblioteca pública...**

4 **ALFAYA, Ricardo. Estudar; para poucos...**

5 **QUEM cuida das bibliotecas?** Jornal da Tarde, **São Paulo, 18 fev. 1982, p. 15.**

6 **Idem.**

7 **LUZURIAGA, Lorenzo.** Bibliotecas escolares. Revista de Pedagogia, **Madri, 1927. 15 p.**

8 **Estes trechos foram extraídos de correspondência recebida de diferentes regiões do Brasil por Marlene Souza Santos, que vem estudando as bibliotecas escolares.**

9 **BOLETIM Informativo.** CRB-8. **São Paulo, 5(2): 43, abr/jun. 1981.**

10 **DURO, Yvette Zietlow. Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, **São Paulo, 12 (3/4): 211-22, jul/dez. 1979.**

11 **ALFAYA, Ricardo. Estudar; para poucos...**

LIVROS & TESES

LEMOS, A. A. Briquet de. — *A portrait of librarianship in developing societies.* — Illinois, University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1981. — 46p. — (Occasional Papers, ISSN 0276 1769; 148).

JOHANNA SMIT*

A biblioteconomia nos países em desenvolvimento é aqui analisada através da literatura publicada nos países desenvolvidos. 40 páginas de texto, inúmeras citações e referências, e a inteligência do autor, fazem-nos entrever, por um lado, a imagem que a biblioteconomia subdesenvolvida tem junto aos "experts" dos países desenvolvidos, quando estes são enviados aos países do Terceiro Mundo em missões de assessoria, apoio, etc. Por outro lado, a própria seleção dos artigos citados, e as observações de Briquet, levantam dados para uma reflexão — muito necessária — sobre o papel da biblioteconomia num país como o Brasil.

Tudo começa por uma discussão a propósito da palavra a ser usada: entre a esperança contida nos "países em desenvolvimento", o negativismo dos "países subdesenvolvidos", as conotações políticas dos "países do 3º Mundo", e outros termos mais, decide-se pelos "países em desenvolvimento". Mas a escolha permite uma nova discussão: quais são as características dos países em desenvolvimento? Argumentos como o clima e a raça são rapidamente descartados, chegando-se à noção de "dependência". "Em desenvolvimento" pode significar um critério econômico, mas não leva em conta os valores culturais destas sociedades, muitas vezes bastante desenvolvidos, mas organizados em culturas não-literárias e portanto desprestigiadas no sistema etnocêntrico em que fomos/estamos inseridos. A função das bibliotecas na preservação dos escritos de uma sociedade que não pode esquecer e que não previu uma "amnésia estrutural" já foi analisada por Platão: Seshat, a deusa das bibliotecas na mitologia egípcia, tinha por função o registro dos feitos dos reis. Mas, de uma forma mais concreta, o que significa a biblioteconomia nos países em desenvolvimento? Há uma primeira relação entre a taxa de alfabetização da população, o movimento editorial e a função das bibliotecas, que nestes casos tornam-se freqüentemente os maiores e quase únicos consumidores da produção local. Mas a publicação em países em desenvolvimento representa também um problema de língua (quando esta não é internacionalmente usada): pequena tiragem, altos preços e desconhecimento por parte dos grandes serviços bibliográficos internacionais. Briquet diz que pelo menos uma revista científica brasileira é quase que inteiramente redigida em inglês e acrescenta que a subserviência ideológica a valores estrangeiros é assim camuflada por uma suposta preocupação com a comunicação internacional. Os problemas lingüísticos aparecem também no que toca aos instrumentos bibliotecários: a linguagem de indexação mais usada hoje em dia é inglesa, e todos sabemos que a construção de um *thesaurus* ou sua tradução/adaptação requerem um investimento pesado... geralmente inexistente. O bibliotecário tem que conhecer outras línguas para poder indexar e acompanhar a literatura secundária. Os circuitos de distribuição dos livros acrescentam problemas ao consumo local das publicações, sendo que estas concorrem, na prática, com grandes programas de distribuição de livros como aqueles provenientes dos Estados Unidos que a América Latina conheceu.

As deficiências das bibliotecas públicas, a fraqueza da edição e distribuição local, o analfabetismo, são alguns dos fatores que levam ao consenso da "falta do hábito de leitura" dos nossos usuários. Mas as coisas são mais complexas, e Briquet prova.

Os sistemas de educação muito diretivos levam ao que Briquet diagnostica como sendo a "síndrome do texto único": a autoridade do mestre aliada à noção do "livro de texto único" levam o aluno a satisfazer o mestre lendo o livro ou o capítulo indicados. A procura de outras informações, complementares ou contraditórias, passa a ser um luxo desnecessário... e a biblioteca passa a ser um lugar onde se lê o texto obrigatório. Os livros como sinal de *status* são também invocados por intermédio da tradição das bibliotecas particulares, na América Latina.

Mas sistemas educacionais e econômicos explicam somente em parte a situação de penúria ou subutilização das bibliotecas públicas dos países em desenvolvimento.

Os bibliotecários dos países em desenvolvimento são vistos por seus colegas dos países desenvolvidos como catalogadores rigorosos, aos quais geralmente faltam conhecimentos e cultura para a seleção de livros. A técnica acaba sendo supervalorizada em detrimento do atendimento aos leitores. De certa forma, pode-se dizer, com Briquet, que as deformações ocorrem a todos os níveis, o que não facilita um julgamento. As bibliotecas públicas freqüentemente lidam com enormes problemas financeiros, o que faz com que a seleção de seu acervo seja muito aleatória: doações aceitas sem critério, literatura secundária em línguas estrangeiras, moedas fracas, descaso dos grandes editores dos países subdesenvolvidos no que concerne aos problemas de pagamentos e de endereçamento ("quem de nós não re-

* Professora de Biblioteconomia da USP/ECA.

cebeu pacotes endereçados ao Rio de Janeiro, Argentina?", pergunta Briquet) são alguns dos fatores levantados. A real "devoção" à catalogação e classificação aparecem como os problemas internos às bibliotecas mais citados pelos bibliotecários dos países desenvolvidos. Mas esta "devoção" foi-nos transmitida, pelo menos em parte, pelos próprios colegas dos países desenvolvidos. Tal missão vem e recomenda a adoção da classificação da LC, outra missão, de proveniência européia, recomenda fortemente a CDU; a primeira missão pode ajudar com tantos mil dólares, etc.: a confusão está instaurada, e a escolha acaba se fazendo entre vários sistemas (de países desenvolvidos) em nome de critérios de financiamento, *status*, promessas, etc.

As bibliotecas públicas, cuja função, além de educativa, também deveria ser de informação e lazer, cumprem, geralmente com muita dificuldade, uma parte de sua função educativa, sendo freqüentadas quase que exclusivamente por estudantes. As bibliotecas nacionais também acabam funcionando como bibliotecas públicas, já que estas são insuficientes, e sabe-se que, no caso do Brasil, as bibliotecas universitárias estão seguindo o mesmo caminho, com uma clientela de alunos de 1º e 2º graus e de cursos supletivos.

A reticência à cooperação e coordenação interbibliotecas, observada na maioria dos países em desenvolvimento pelos "experts", agrava o quadro geral. Em conclusão, Briquet pergunta: "quantos milhões de dólares foram gastos na ajuda (às) bibliotecas dos países em desenvolvimento nos últimos 30 anos? Os resultados foram proporcionais ao dinheiro gasto? Qual foi o papel benéfico dos bibliotecários-assessores estrangeiros nos países em desenvolvimento?

A facilidade que consiste em julgar a situação das bibliotecas dos países em desenvolvimento em função de padrões dos países desenvolvidos é denunciada, e a única solução reside, segundo Briquet (e só posso concordar com ele) numa tomada de posição de nossa parte. Só nossos usuários poderão equacionar suas necessidades; só nós poderemos definir quais são os sistemas de organização compatíveis com nossa realidade e nossas necessidades.

PIZA, Graça Maria Simões Luz. *Análise bibliométrica da literatura sobre flúor em odontologia*: uma aplicação da lei de Bradford. São Paulo, 1982. 60p. grafs. tabs. |dissertação de mestrado apresentada à ECA/USP|

Tendo como objetivos "1) estudar o comportamento da bibliografia sobre *Flúor em odontologia*, de acordo com a lei de Bradford em sua formulação empírica; 2) oferecer a estudiosos e interessados no tema, subsídios para a pesquisa, por meio da seleção dos periódicos mais produtivos na área em questão", Graça Maria S. L. Piza — bibliotecária e professora da Fundação Universidade Estadual de Londrina — estuda 3 444 artigos publicados em 586 periódicos, no período de 1966 a 1976, no Brasil e no exterior. As fontes de referência utilizadas foram: a Bibliografia Brasileira de Odontologia (BBO) e o Index to Dental Literature.

Nenhum periódico brasileiro pertence ao núcleo dos mais produtivos, aparecendo apenas um, na 2ª zona: o Boletim do Serviço de Odontologia Sanitária, que publicou 15 artigos no período da pesquisa. A autora conclui que "a lei de Bradford é válida para aquela bibliografia e para aquele período e, a partir dos resultados da aplicação dessa lei, determinam-se os periódicos brasileiros e internacionais que tiveram maior número de artigos editados sobre o assunto".

É a segunda dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP tendo como tema a lei da dispersão de Bradford.

MARIA ANGÉLICA QUEMEL

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Lei de Bradford*: um reformulação conceitual. Rio de Janeiro, 1982. 116p. tabs. |dissertação de mestrado apresentada ao IBICT|

Partindo da premissa de que "a lei de Bradford, mesmo com reformulações de outros autores não corresponde, ainda, à realidade do comportamento da literatura científica", Lena Vania Ribeiro Pinheiro — bibliotecária da Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo — altera a parte conceitual da lei da dispersão, sem modificar a parte matemática e gráfica. A introdução do conceito de *Produtividade relativa* é um aspecto inédito deste estudo teórico, onde a hipótese de que "o núcleo de periódicos determinado pela Lei de Bradford não corresponde ao dos 'mais particularmente devotados ao assunto' e sim aos periódicos mais produtivos em determinado período de tempo" é confirmada. Na discussão dos resultados e na conclusão são ressaltadas as conseqüências das distorções da lei, sobretudo para a política de aquisição. Trabalho sério e fecundo, real contribuição aos estudos das leis empíricas da ciência da informação, tendo a orientação segura da Dra. Gilda Maria Braga do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

M.A.Q.

FERREIRA, Lusimar Silva. *Bibliotecas universitárias brasileiras*; análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo, Pioneira, 1980. 116p.

Contribuição relevante como base para a discussão, que hoje ainda se arrasta, sobre a racionalização de estruturas organizativas para a biblioteca universitária brasileira. Levanta dados estatísticos, discute projetos e soluções, compara estruturas centralizadas e descentralizadas de bibliotecas brasileiras e estrangeiras, sempre munido de respaldo bibliográfico e bom desempenho na inter-relação dos dados levantados.

Entretanto a obra carece de reflexões sobre as razões políticas e os desenhos ideológicos inerentes à estrutura universitária, que são elementos fundamentais para se determinar com mais precisão a situação atual das bibliotecas universitárias. Estes elementos, se trabalhados com o devido cuidado que exige o tema, talvez revelassem mais claramente o espírito da Reforma Universitária e a relação de poder entre a estrutura universitária e a esfera governamental brasileiras. Atualmente não parece ser mais possível conceber soluções teóricas ou práticas na área de controle de informação apenas centradas no funcional, no administrativo, na racionalização de sistemas técnicos.

F.B.